



**PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO
DA SERRA DO CALDEIRÃO (PRGP SC)**

SUMÁRIO EXECUTIVO
Versão para Discussão Pública

4.ª Fase

outubro de 2023

DGT – DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO

PROGRAMA DE REORDENAMENTO
E GESTÃO DA SERRA DO
CALDEIRÃO
(PRGP SC)

EQUIPA TÉCNICA

COORDENAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA

Jorge Cancela

ÁREAS TEMÁTICAS – EQUIPA TÉCNICA

Gestão florestal e economia e desenvolvimento rural – Carlos Rio Carvalho, Margarida Tomé e Cláudio Heitor

Ecologia do fogo – Nuno Guiomar e Sílvia Faria

Avaliação, valoração e remuneração de serviços dos ecossistemas – Rui Santos e Margarida Tomé

Planeamento do território e gestão da paisagem – Jorge Cancela, Sara Fernandes e João Pedro Carvalho

Promoção de processos participativos – Paula Antunes e Pedro Clemente

Sistemas de Informação Geográfica – Cristina Henriques e Júlio Almeida

Avaliação Ambiental Estratégica – Ana Neves Adelino, Rosa Silvério e Ana Jerónimo

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DA SERRA DO CALDEIRÃO (PRGP SC)

SUMÁRIO EXECUTIVO

Versão para Discussão Pública

ÍNDICE GERAL

ACRÓNIMOS E SIGLAS	1
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
I. INTRODUÇÃO	7
II. PROPOSTA DO PRGP SC.....	10
1 DESENHO DA PAISAGEM	10
1.1 TEMAS E AÇÕES RELEVANTES NO DESENHO DA PAISAGEM	10
1.2 PLANTA DO DESENHO DA PAISAGEM	12
1.3 ESTRUTURAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM	19
1.3.1 Propostas Territoriais e Regimes de Gestão	19
1.4 FUNDAMENTAÇÃO DAS OPÇÕES TOMADAS	26
2 MATRIZ DE TRANSIÇÃO E VALORIZAÇÃO.....	31
2.1 MATRIZ DE CUSTOS DE TRANSIÇÃO	32
3 ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS	38
3.1 ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DE PAISAGEM (AIGP)	38
3.2 SÍNTESE DAS ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS A IMPLEMENTAR	40
3.3 PLANTA DO DESENHO DA PAISAGEM PROPOSTO – ÁREAS PRIORITÁRIAS	42
III. IMPLEMENTAÇÃO DO PRGP SC	45
4 DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO	45
4.1.1 Diretrizes de Planeamento e Gestão	46
4.1.1.1 Diretrizes a incorporar nos PDM	46
4.1.1.2 Diretrizes de transposição/aplicação do PROF Algarve e SGIFR.....	49
4.1.1.3 Diretrizes de articulação com o Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR) e os Planos de Gestão Florestal (PGF)	50
4.1.1.4 Diretrizes para os Instrumentos de Financiamento	51
4.1.2 Orientações para a transformação da paisagem.....	51
5 PROGRAMA DE EXECUÇÃO E GOVERNANÇA	53
6 PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS.....	59

ÍNDICE FIGURAS

Figura 1 – Áreas nucleares do Sistema Nacional de Áreas Classificadas abrangidas pela área de intervenção do PRGP SC.....	8
Figura 2 – Organização do Desenho da Paisagem Proposto do PRGP	13
Figura 3 – Desenho da Paisagem Proposto para a área de intervenção do PRGP SC	17
Figura 4 – Expressão territorial das Propostas Territoriais e dos Regimes de Gestão aplicáveis	25
Figura 5 – Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) a criar na área de intervenção do PRGP SC	40
Figura 6 – Desenho da Paisagem Proposto – Áreas Prioritárias para a área de intervenção do PRGP SC	43

ÍNDICE QUADROS

Quadro 1 – Temas, Linhas de Ação e Ações relevantes para o Desenho da Paisagem Proposto	11
Quadro 2 – Propostas Territoriais e Regimes de Gestão aplicáveis às tipologias de ocupação atual, para o Cenário de Transição Positiva	23
Quadro 3 - Estimativa dos custos da transição para o Cenário de Transição Positiva por tipologias de ocupação e modalidades de financiamento.....	33
Quadro 4 - Custos unitários utilizados na estimativa dos custos da transição para o Cenário de Transição Positiva por tipologias de transição e modalidades de financiamento	35
Quadro 5 - Custo da transição por tipologia de custo, por ha de área de intervenção e por ha.ano no horizonte do projeto.....	37
Quadro 6 – Áreas e ações prioritárias do PRGP SC.....	41
Quadro 7 – Fontes de financiamento por tipologia de apoios	54
Quadro 8 – Quadro global de financiamento das áreas e ações prioritárias do PRGP SC.....	55
Quadro 9 – Montantes totais e por fonte de financiamento.....	56
Quadro 10 – Programa de Governança e respetivos indicadores de execução financeira, organizacional e territorial.....	57
Quadro 11 – Monitorização e avaliação da implementação do PRGP SC	60

ACRÓNIMOS E SIGLAS

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AAP	Albufeira da Águas Públicas
AAT	Área de Aptidão Turística
AEGC	Área(s) Estratégica(s) de Mosaicos de Gestão de Combustíveis
AGIF	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais
AI	Área de Intervenção
AIGP	Área Integrada de Gestão da Paisagem
AL	Alojamento Local
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
APA-ARH	Agência Portuguesa do Ambiente – Administração da Região Hidrográfica
APPS	Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança
BH	Bacia Hidrográfica
CAE	Código de Atividade Económica
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEP	Convenção Europeia da Paisagem
CGPR	Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica
CICES	Common International Classification of Ecosystem Services
CML	Câmara Municipal de Loulé
CMSBA	Câmara Municipal de São Brás de Alportel
CMT	Câmara Municipal de Tavira
COS	Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental
CRUS	Carta do Regime do Uso do Solo
DA	Declaração Ambiental
DFCI	Defesa da Floresta Contra Incêndios
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGT	Direção-Geral do Território
DL	Decreto-Lei
DPH	Domínio Público Hídrico
DQA	Diretiva-Quadro da Água
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas

E	Este
EA	Entidades de Acompanhamento
E-O	Este-Oeste
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
EGF	Entidades de Gestão Florestal
EN	Estrada Nacional
ENCNB 2030	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030
EPIC WebGIS	Ecological Planning, Investigation and Cartography WebGIS
ERAE	Entidade com Responsabilidade Ambiental Específica
ESRI	Environmental Systems Research Institute
ET	Empreendimento Turístico
FA	Fatores Ambientais
FA	Fundo Ambiental
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
FCUL	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAGA	Fundo Europeu de Garantia Agrícola
FFP	Fundo Florestal Permanente
FGC	Faixa de Gestão de Combustível
FIC	Faixas de Interrupção de Combustível
GEE	Gases com Efeito de Estufa
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
Ha	Hectare
IBA	Important Bird Area
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IFN	Inventário Florestal Nacional
IGT	Instrumento de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISA	Instituto Superior de Agronomia
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
Km / Km²	Quilómetro / Quilómetro quadrado
KPI	Key Performance Indicators
LBPPSOTU	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

LEAF-ISA	Linking Landscape, Environment, Agriculture and Food – Instituto Superior de Agronomia
LIFE	<i>L'Instrument Financier pour l'Environment</i>
LNEG	Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.
m / m²	Metro / Metro quadrado
MAES	Mapping and Assessment of Ecosystems and their Services
MNT	Modelo Numérico Topográfico
MODIS	Moderate Resolution Imaging Spectroradiometer
MPGC	Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível
N	Norte
NW	Noroeste
N-S	Norte-Sul
NPA	Nível de Pleno Armazenamento
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
O	Oeste
OGC	Open Geospatial Consortium
OIGP	Operação Integrada de Gestão da Paisagem
ONG	Organização Não Governamental
ONGA	Organização Não Governamental de Ambiente
OOTU	Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo
OSGeo	OpenSource Geospatial Foundation
OTI	Observatório Técnico Independente
PAC	Política Agrícola Comum da União Europeia
PACLIP	Plano de Ação para a Conservação do Lince-Ibérico
PAF	Programa de Ação Florestal
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural
PEOT	Plano Especial de Ordenamento do Território
PEP	Pacto Ecológico Europeu
PEPAC	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum
PGBH	Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica
PGF	Plano de Gestão Florestal
PGRH	Plano de Gestão da Região Hidrográfica
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNAP	Política Nacional de Arquitetura e Paisagem
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PR Algarve	Plano Regional do Algarve

PRGP	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem
PRGP SC	Programa de Reordenamento e Gestão da Serra do Caldeirão
PROF	Programa Regional de Ordenamento Florestal
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PSA	Programa Sub-Regional de Ação
PSE	Pagamento por Serviços dos Ecossistemas
PSRN2000	Plano Setorial da Rede Natura 2000
PTP	Programa de Transformação da Paisagem
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégica
QUERCUS	Associação Nacional de Conservação da Natureza
RA	Relatório Ambiental
RAE	Renda Anual Equivalente
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RCP	Representative Concentration Pathways
REL	Rendimento Empresarial Líquido
RELAPE	Espécies de Flora Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção
REN	Reserva Ecológica Nacional
REOT	Relatório de Estado do Ordenamento do Território
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
RGA	Recenseamento Geral Agrícola
RGN	Rede Geodésica Nacional
RICA	Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas
RJAAE	Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica
RJAAR	Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização
RJCNB	Regime Jurídico de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJРАН	Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional
RJREN	Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional
RJRP	Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem
RN2000	Rede Natura 2000
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
RNT	Resumo Não Técnico
S	Sul
SAF	Sistema Agroflorestal

SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SE	Serviços dos Ecossistemas
SGIFR	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
SIC	Sítio de Importância Comunitária
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIGTUR	Sistema de Informação Geográfica do Turismo
SNAC	Sistema Nacional de Áreas Classificadas
SNIAmb	Sistema Nacional de Informação de Ambiente
SNIG	Sistema Nacional de Informação Geográfica
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
SNIT	Sistema Nacional de Informação Territorial
SRH	Sub-Regiões Homogéneas
SRUP	Servidões e Restrições de Utilidade Pública
SW	Sudoeste
Ton C	Toneladas de Carbono
UF	União de Freguesias
UGF	Unidades de Gestão Florestal
UGP	Unidade de Gestão da Paisagem
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UP	Unidade de Paisagem
UTA	Unidade de Trabalho Ano
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VPP	Valor da Produção Padrão
W	Oeste
WFS	Web Feature Service
WMS	Web Map Service
ZCA	Zona de Caça Associativa
ZCT	Zona de Caça Turística
ZEC	Zona Especial de Conservação
ZIF	Zona de Intervenção Florestal
ZPE	Zona de Proteção Especial

SUMÁRIO EXECUTIVO

I. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Sumário Executivo (SE) que resume os aspetos considerados essenciais na elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Serra do Caldeirão (PRGP SC). De referir que o Relatório do Programa, bem como o presente Sumário Executivo, integram as ponderações aos pareceres emitidos pelas entidades competentes em fases anteriores, tendo em vista a sua disponibilização para apoio à Discussão Pública.

A área de intervenção deste Programa ronda os **56 350 hectares**, abrangendo esta parte dos municípios de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira localizados na região do Algarve (NUTS II e III).

Neste área considera-se muito relevante a presença de duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC) que integram a Rede Natura 2000, designadamente a ZEC Caldeirão e a ZEC Barrocal - e que no seu total representam cerca de 40% da área total do Programa. Correspondente à área da ZEC Caldeirão, está também integrada a Zona de Proteção Especial (ZPE) do Caldeirão.

Ao nível da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), a área de intervenção integra parte da Paisagem Protegida Local – Rocha da Pena e, quanto a áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais abrange também, parcialmente, o Sítio Ramsar – Ribeira do Vascão, conforme apresentado na Figura 1.

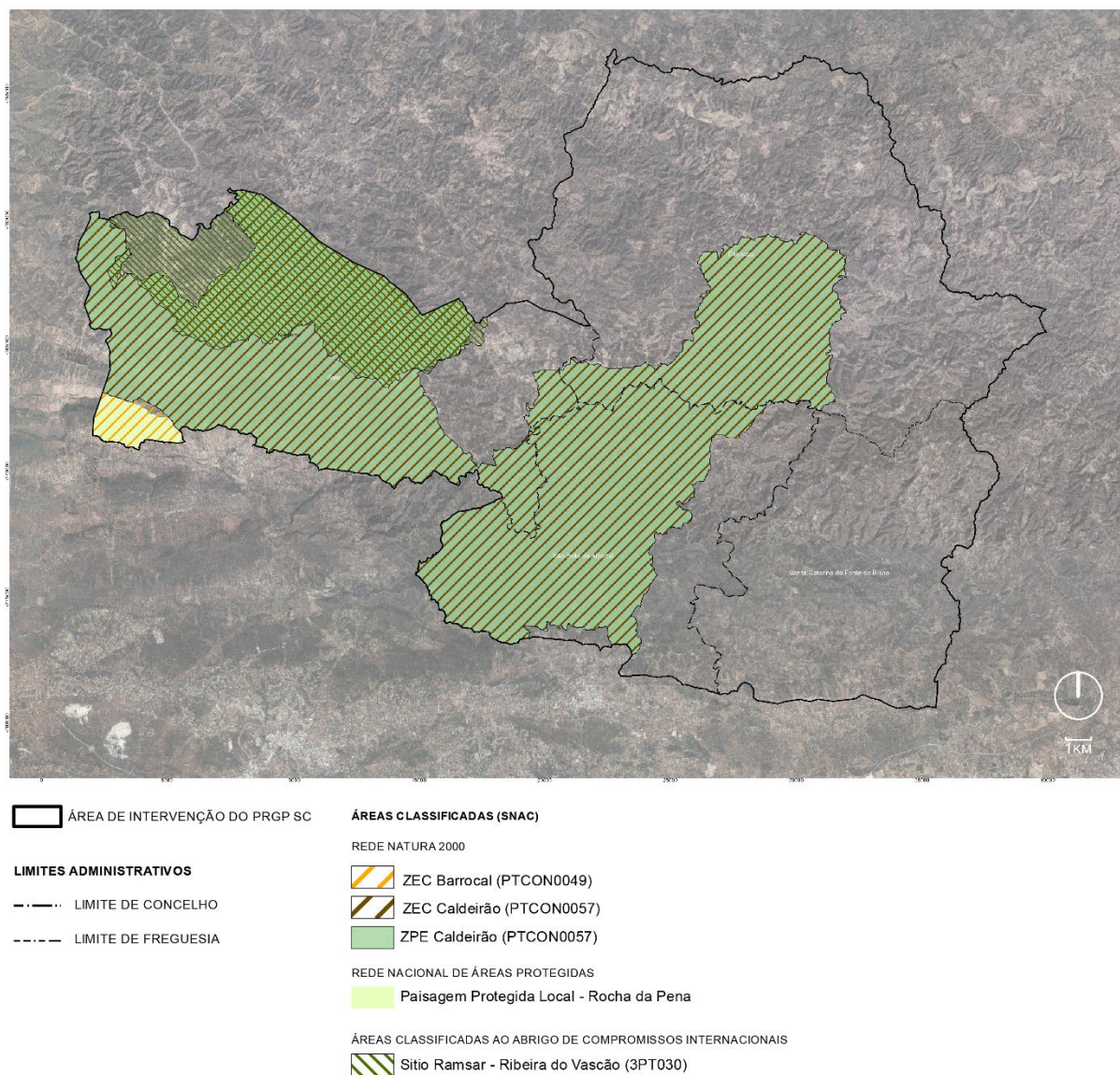


Figura 1 – Áreas nucleares do Sistema Nacional de Áreas Classificadas abrangidas pela área de intervenção do PRGP SC

Apresentam-se seguidamente os aspetos considerados fundamentais para a compreensão da Proposta do Programa a que dizem respeito os pontos 1, 2, 3 e 4 e para a sua implementação, a que se referem os pontos 5, 6 e 7:

- o **Desenho da Paisagem** (ponto 1) que integra as várias camadas de informação que definem a estrutura, os sistemas e os elementos que traduzem a realidade territorial da área de intervenção do Programa (Planta de Desenho da Paisagem) e que permitem, a diferentes níveis, o estabelecimento das opções tomadas na proposta de transformação da paisagem que assentam na redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, na valorização da aptidão dos solos e na melhoria dos serviços dos ecossistemas, bem como no aumento do valor dos ativos territoriais e na dinamização da economia;

- a **Matriz de Transição e Valorização** (ponto 2) que identifica as macro tendências de transformação da paisagem para a concretização dos objetivos do Programa, incluindo estimativas das áreas a alterar e das áreas a manter e valorizar mediante a implementação de regimes de gestão;
- as **Áreas e Ações Prioritárias** (ponto 3), tendo em vista a operacionalização da implementação da nova paisagem, identificando as ações prioritárias específicas do PRGP SC e as ações complementares no âmbito do PTP e SGIFR;
- a **Planta de Desenho da Paisagem – Áreas Prioritárias** (ponto 4) que constitui o cartograma contendo a espacialização das áreas e ações prioritárias identificadas no ponto 4;
- as **Diretrizes de Planeamento e Gestão** (ponto 5) a incorporar nos PDM, SGIFR, PROF, RJAAR e Instrumentos de Financiamento, aplicáveis à área do Programa e fundamentais para a concretização da proposta de Desenho de Paisagem e a considerar, nomeadamente, na atribuição de financiamentos nacionais e da União Europeia;
- o **Programa de Execução e Governança** (ponto 6), que tendo em vista a implementação do Programa, é centrado nas áreas e ações prioritárias para a transformação da paisagem para os próximos 10 anos, incluindo o seu faseamento, o modelo organizacional, as possíveis fontes de financiamento e os respetivos indicadores de governança;
- o **Programa de Monitorização e Avaliação** (ponto 7) que identifica os indicadores de realização, resultado e efeitos, permitindo demonstrar a evolução da transformação da paisagem na área do Programa, nos próximos 10 anos.

De referir que a leitura do presente Sumário Executivo não dispensa uma consulta atenta do Relatório do PRGP SC, da Cartografia e do Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico, para uma análise e compreensão aprofundada das propostas apresentadas.

II. PROPOSTA DO PRGP SC

1 DESENHO DA PAISAGEM

O Desenho da Paisagem Proposto integra em si várias camadas de informação que definem as estruturas, os sistemas e os elementos que traduzem a realidade territorial da Área de Intervenção (AI) do PRGP SC e que permitem, a diferentes níveis, o estabelecimento de estratégias de intervenção que promovam o reordenamento e a gestão desta paisagem, bem como a respetiva síntese na Planta do Desenho da Paisagem Proposto.

1.1 TEMAS E AÇÕES RELEVANTES NO DESENHO DA PAISAGEM

As áreas temáticas relevantes no desenho de uma nova paisagem para a AI do PRGP SC, foram definidas com base no processo participativo que incluiu atores-chave no território, permitindo, a partir destes contributos, traçar as principais linhas de ação que orientarão a transformação da paisagem.

A compatibilização destas áreas temáticas com a componente de análise técnica, permitiu a identificação dos temas relevantes que respondem aos objetivos gerais que norteiam a ação dos PRGP, entre os quais se destaca a promoção de economias locais sustentáveis, assentes na valorização do capital natural e dos serviços dos ecossistemas, incluindo as componentes da diminuição da suscetibilidade ao fogo e a conservação da biodiversidade. Pretende-se, assim, concretizar o preconizado no Programa de Transformação da Paisagem (conforme estabelecido na RCM n.º 49/2020 de 24 de junho, na sua redação atual), assente numa lógica de transformação da economia local e de internalização dos benefícios ambientais gerados pelos ecossistemas.

O Desenho da Paisagem Proposto teve como ponto de partida o Desenho da Paisagem Desejável estabelecido ao nível do diagnóstico prospetivo que permitiu não só descrever a situação de referência desta paisagem, bem como apresentar as principais linhas de ação assentes na visão estratégica para a AI, de acordo com os temas considerados mais relevantes. Esta informação foi aferida, na presente fase, com base nos pareceres recebidos das ERAE ao Relatório de Fatores Críticos para a Decisão e nos contributos decorrentes da 1.ª Reunião de Participação Pública Alargada.

Os temas relevantes que constituem os pilares do Desenho da Paisagem Proposto, foram organizados em cinco principais linhas de ação (LA), conforme se apresenta no Quadro 1.

Quadro 1 – Temas, Linhas de Ação e Ações relevantes para o Desenho da Paisagem Proposto

TEMAS	AÇÕES
Florestas	<p><u>LA – Recuperação e revitalização do coberto vegetal:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Promoção de uma abordagem integrada ao problema da perda de vitalidade dos povoamentos de quercíneas, visando a melhoria do estado fitossanitário dos povoamentos e, conseqüentemente, a melhoria das suas funções produtivas e de conservação; ▶ Diversificação das espécies arbóreas (eventual fomento de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>); ▶ Manutenção das áreas de pinheiro manso, atendendo às suas funções de proteção e conservação do solo e da água, permitindo uma eventual diversificação produtiva (e.g resinagem), e a continuidade do apoio à manutenção dos povoamentos e a remuneração dos serviços dos ecossistemas; ▶ Gestão das áreas de matos em função do declive, da integração nas ZEC e da localização nas áreas estratégicas de gestão de combustíveis (AEGC); ▶ Promoção da articulação do PRGP SC com as ZIF existentes no território, tendo em vista a promoção de uma melhor gestão e valorização da floresta.
Sistemas agro-silvopastoris	<p><u>LA – Manutenção e expansão de mosaicos com zonas abertas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Revitalização e desejável expansão de mosaicos agrícolas (preferencialmente em áreas de RAN, áreas contíguas e áreas integradas nos aproveitamentos hidroagrícolas), promovendo a diversidade dos usos e funções; ▶ Manutenção das pastagens existentes e desejável expansão em áreas com aptidão (transformação de matagais com declives compatíveis <30%), tendo em vista o incremento do efetivo pecuário (caprinos e ovinos) e promovendo a criação de descontinuidades; ▶ Criação de áreas de pomares de medronho e/ou alfarroba (transformação de matagais e florestas de espécies invasoras, com declives compatíveis <30%); ▶ Valorização dos produtos endógenos e tradicionais (cortiça, medronho, mel, alfarroba...), beneficiando de apoios e subsídios a atividades económicas de pequena escala; ▶ Promoção da gestão agregada das propriedades e criação de bancos de terras, combatendo a dispersão dos minifúndios e promovendo a sua viabilidade económica, quer para a sua exploração, quer para eventual aluguer/venda.
Ecossistemas naturais	<p><u>LA - Valorização e criação de habitats:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Conservação e melhoria dos habitats protegidos, conforme disposições dos planos de gestão da ZEC Barrocal (PTCON0049) e da ZEC Caldeirão (PTCON0057), em elaboração, incluindo as aves e respetivos habitats que são parte integrante ZPE Caldeirão (PTCON0057); ▶ Controlo da erosão nas bacias hidrográficas com arborização de espécies autóctones melhoradoras do solo (zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envôlvia de cursos de água); ▶ Revitalização e requalificação dos cursos de água existentes; ▶ Reforço das galerias ripícolas existentes com espécies autóctones e controlo de invasoras, contribuindo para o incremento das descontinuidades e reforço da estrutura ecológica; ▶ Criação de galerias ripícolas em linhas de água principais, contribuindo para o incremento das descontinuidades e reforço da estrutura ecológica; ▶ Recuperação de elementos de água (como fontes, azenhas e chafarizes) e apoiar pequenas barragens e pontos de água para promover a maior disponibilidade de água;

TEMAS	AÇÕES
	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Apoio à gestão de populações de espécies cinegéticas, em particular do veado (<i>Cervus elaphus</i>) pelo seu papel potencial na gestão de combustíveis, da perdiz vermelha (<i>Alectoris rufa</i>), do coelho-bravo (<i>Oryctolagus cuniculus</i>) pela necessidade de fomento da população de lince-ibérico (<i>Lynx pardinus</i>) e do javali (<i>Sus scrofa</i>) pela necessidade de controlo da população e valorização cinegética.
Turismo, recreio e património	<p>LA - Promoção do património natural e cultural enquanto ativo turístico:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Incremento das atividades turísticas (turismo de natureza, cinegético, científico e criativo e das atividades desportivas), tradicionais e gastronómicas; ▶ Desenvolvimento de atividades associadas ao turismo de natureza (birdwatching, percursos cicláveis e de caminhada); ▶ Divulgação dos produtos tradicionais e endógenos da região; ▶ Promoção da cerâmica de construção tradicional (telhas artesanais, ladrilhos e tijolos de burro); ▶ Promoção de melhorias na acessibilidade à Serra e nas infraestruturas de telecomunicações, que limitam a fixação de pessoas e a promoção de atividades; ▶ Criação de um corredor turístico ao longo da estrada N2, que dê resposta crescente procura, disponibilizando espaços de alojamento, alimentação, estadia e visitação; ▶ Recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural, tendo em vista a sua visitação e usufruto; ▶ Estruturação da rede de rotas pedestres existentes, enquanto ativo turístico e económico a promover e a valorizar; ▶ Revitalização de aglomerados populacionais onde exista atividade humana, com papel ativo na dinamização do território (agricultores, pastores...).
Gestão de fogos rurais	<p>LA - Aumento da resiliência do território aos fogos rurais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Integração da Rede Primária, aplicando as ações preconizadas no Programa Regional de Ação para a gestão integrada de fogos rurais (em aprovação); ▶ Gestão de combustíveis ou diversificação das ocupações e/ou usos do solo nas Faixas de Gestão de Combustível com usos compatíveis com as suas funções; ▶ Definição de áreas homogéneas para a gestão de matos, onde poderão ser aplicadas técnicas de gestão de combustível ou autorizados fogos de gestão; ▶ Constituição de mosaicos agro-silvo-pastoris, com áreas abertas com sobreiros, onde se pode privilegiar o pastoreio dirigido para gestão da vegetação sob-coberto, e aplicar medidas de recuperação dos povoamentos de sobreiro (o medronheiro pode ser utilizado em consociação com o sobreiro, ou nas clareiras como pomar); ▶ Constituição de mosaicos agrícolas heterogéneos (culturas anuais, permanentes e pastagens), que correspondem à reduzida área de solos férteis, tendo em vista a manutenção da atividade agrícola; ▶ Controlo do crescimento do povoamento disperso de modo a evitar a ocupação de áreas de elevado risco de fogos rurais.

1.2 PLANTA DO DESENHO DA PAISAGEM

O PRGP SC está articulado com a designada Unidade Homogénea em que se insere, conforme se pode observar no esquema de organização do Desenho da Paisagem Proposto, presente na Figura 2.

Neste esquema encontra-se ilustrada essa relação, bem como o desenvolvimento do Programa nas várias componentes que o constituem, nomeadamente nas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) e nas Operação Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) a elas associadas.

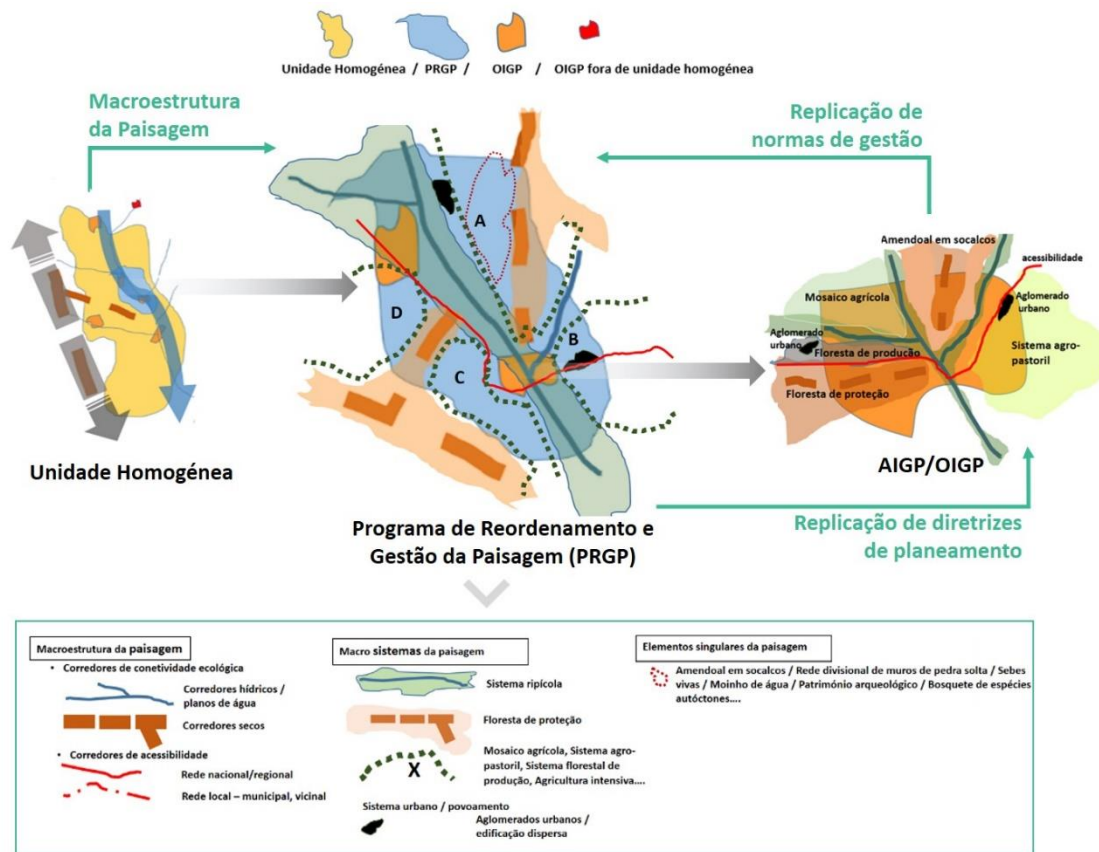


Figura 2 – Organização do Desenho da Paisagem Proposto do PRGP

Fonte: Adaptado de DGT (2021)

Conforme é possível observar, o Desenho da Paisagem Proposto do PRGP SC integra três principais componentes: as **macroestruturas**, os **macro sistemas** e os **elementos singulares da paisagem**, além da identificação das áreas de intervenção e dos elementos de referência do território em causa, bem como das áreas de intervenção prioritária.

A construção do Desenho da Paisagem Proposto é, em primeiro plano, estruturada a partir da AI do PRGP SC estabelecida com base em critérios definidos, bem como nas respetivas Unidades de Gestão da Paisagem.

Além destas áreas, também os **elementos de referência** presentes no território fazem parte da base de construção do desenho da paisagem. Estes elementos incluem as áreas edificadas constituídas pelos principais aglomerados urbanos e rurais, as redes de acessibilidade (rede rodoviária nacional e regional e rede rodoviária municipal e vicinal), as redes de distribuição de energia, a rede hidrográfica

(onde se incluem as linhas e planos de água que estruturam a paisagem), bem como os pontos de abertura de incêndio associados ao regime do fogo e os pontos associados aos vértices geodésicos.

São incluídos neste grupo também os limites administrativos, referentes às freguesias, concelhos e NUT III.

No que se refere às **Áreas de Intervenção Prioritária**, estas integram, no contexto dos PRGP, as AIGP.

Nas **macroestruturas da paisagem** estão integrados os elementos de carácter estruturador que definem os pilares fundamentais da abordagem territorial ao Desenho da Paisagem, quer ao nível das áreas e corredores de conectividade ecológica como das estruturas de resiliência ao fogo.

A este nível, os corredores configuram estruturas lineares que se apresentam como elementos com funções específicas, que possibilitam a conexão e o controlo de fluxos na paisagem, promovendo o continuum naturale.

Neste âmbito estão integradas as Áreas e Corredores de Conetividade Ecológica que contemplam os corredores húmidos que são, no âmbito do presente PRGP, compostos pelos planos de água (albufeiras de barragens, charcas, lagos e lagoas interiores artificiais), pela vegetação ripícola existente e a criar, bem como pelas áreas afetadas ao perímetro de rega do Aproveitamento Hidráulico do Sotavento Algarvio e dos aproveitamentos hidroagrícolas de Mealha e Grainho.

Além destes corredores, fazem ainda parte desta componente os corredores secos que constituem as áreas definidas em torno das linhas de fecho, contemplando os fechos primários, secundários e terciários.

Englobam ainda outras áreas de conservação, onde se incluem as diversas áreas do SNAC, designadamente da Paisagem Protegida Local – Rocha da Pena, a ZEC do Caldeirão (PTCON0057), a ZEC Barrocal (PTCON0049), a ZPE Caldeirão (PTCON0057), o Sítio Ramsar – Ribeira do Vascão, o Corredor Ecológico definido no âmbito do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF - Algarve).

Estão ainda integradas Outras Estruturas de Resiliência ao Fogo, como as Redes Primária e Secundária de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC), bem como as designadas Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis (AEGC). A rede secundária de faixas de gestão de combustíveis aqui presente, contempla a informação relativa à proteção e infraestruturas (rede viária e rede de transporte de energia elétrica) e a interface de áreas edificadas (aglomerados populacionais e edifícios em espaço rural).

No que se refere às AEGC, estas designam as áreas implantadas em locais estratégicos e com lógicas de gestão de combustíveis próprias, que visam a minimização dos efeitos e dimensão dos fogos rurais, condicionando o comportamento e propagação do fogo na paisagem e minimizando os seus impactos. Nelas incluem-se os Mosaicos Agro-Silvo-Pastoris, os Mosaicos Agrícolas Heterogéneos e as áreas de Gestão de Matos.

Os **macro sistemas da paisagem** são formados por um conjunto de sistemas complexos inter-relacionados que pretendem agrupar usos e ocupações propostas da mesma natureza ou complementares, sendo estes segmentados em: sistemas florestais, sistemas agrícolas, sistemas agroflorestais, sistemas de mosaicos agro-silvo-pastoris, pastagens, vegetação ripícola, espaços descobertos ou com pouca vegetação e matos.

No contexto dos Sistemas Florestais, estes são diferenciados entre Sistemas Florestais de Conservação que englobam áreas de Florestas de azinheira e Florestas de sobreiro integradas nas ZEC, Sistemas Florestais de Proteção que incluem as áreas de Florestas de azinheira (fora das ZEC), Florestas de pinheiro-manso e Mata de proteção (que resulta da reconversão de Florestas de espécies invasoras), Sistemas Florestais de Produção que contemplam as áreas de Florestas de eucalipto, Florestas de pinheiro-bravo e Florestas de sobreiro (fora das ZEC), assim como Outras Áreas de Floresta sem matos, que abrangem essencialmente as áreas de Florestas de outras folhosas que não foram identificadas como vegetação ripícola existente.

Nos Sistemas Agrícolas estão integradas as áreas de Agricultura existente a manter e desejavelmente a expandir, bem como as áreas de Mosaico agrícola heterogéneo proposto (resultantes da reconversão de áreas de Matos com declives inferior a 30% e integrados em AEGC) e nos Sistemas Agroflorestais as ocupações referentes às superfícies agroflorestais (SAF).

Quanto aos Sistemas de Mosaicos Agro-Silvo-Pastoris, são parte integrante dos mesmos as áreas propostas como Mosaico agro-silvo-pastoril e de Matos geridos (Matos em áreas com declives superiores a 30%, dentro ou fora das ZEC e integrados ou não em AEGC e Matos em áreas com declives inferiores a 30% e integrados nas AEGC).

No que se refere aos restantes macro sistemas definidos, designadamente Pastagens, Vegetação ripícola existente, Vegetação ripícola a criar e Matos, integram as tipologias de ocupação propostas com a mesma designação, respetivamente.

A par destes macro sistemas descritos são ainda definidos Macro Sistemas Específicos da Paisagem, que englobam as áreas cuja transformação se considera mais relevante para os objetivos do PTP. Deste modo, foram integrados nestes os Sistemas de Mosaicos Agro-Silvo-Pastoris que incluem as

tipologias de ocupação propostas de Mosaico agro-silvo-pastoril e de Matos geridos, bem como os Sistemas Agrícolas, embora neste se incluam apenas os Mosaicos agrícolas heterogéneos definidos.

Os **Elementos Singulares** traduzem o cariz identitário da paisagem, revelando um processo de humanização que introduziu elementos ou valores reconhecíveis como únicos ou com caráter particular de determinada região ou local.

Nesta vertente destacam-se alguns Elementos de Interesse para o Território, tais como pontos de interesse que incluem miradouros (Alto da Ameixeira, Alto do Malhão, miradouro da Menta, miradouro do Bispo e Cabeça do Velho), parques (Rocha da Pena e Parque Temático da Serra do Caldeirão), estações da biodiversidade (Barranco do Velho, Cachopo e Ribeira de Alportel), pontos de observação de aves (Rocha da Pena, Barranco do Velho e Parizes), fontes/nascentes (Fonte Férrea de Cachopo e Alportel, Fontes dos Cravais, Fonte da Catraia, Fonte do Lagar, Fonte da Rata e Mina de Água) e barragens (Arimbo, Bico Alto, Menta, Barranco do Velho, Bengado, Grainho Montes Novos e afluente da Ribeirinha).

Do ponto de vista do Património Histórico-cultural destaca-se a presença de património arqueológico, monumentos megalíticos (Anta das Pedras Altas e Anta da Masmorra) e de património histórico de interesse local, tal como igrejas (Igreja de Santo Estevão e Igreja de Barranco do Velho), museus (Núcleo Museológico de Cachopo) e moinhos (Cabeça do Velho, Carneiros, Cachopo e Rocha da Pena).

Além destes, identificam-se ainda Outros Locais de Interesse, representados no contexto da AI pelas unidades de alojamento turístico existentes e por outros locais de interesse turístico, tais como pistas de desportos motorizados (Cortelha Motocross Circuit).

São ainda integrados nestes elementos singulares os Percursos de Interesse que englobam os percursos de caráter turístico, tais como percursos pedestres (Via Algarviana e outros percursos e trilhos de interesse local) e áreas de caminhadas (Barranco das Lajes, Lajes, Monte Capitães, Cortelha de Baixo e Masmorra).

Na Figura 3 encontra-se ilustrado o Desenho da Paisagem Proposto do PRGP SC, que engloba as componentes fundamentais acima mencionadas, estando o mesmo em conformidade com o modelo de dados estabelecidos pela DGT (junho 2023).

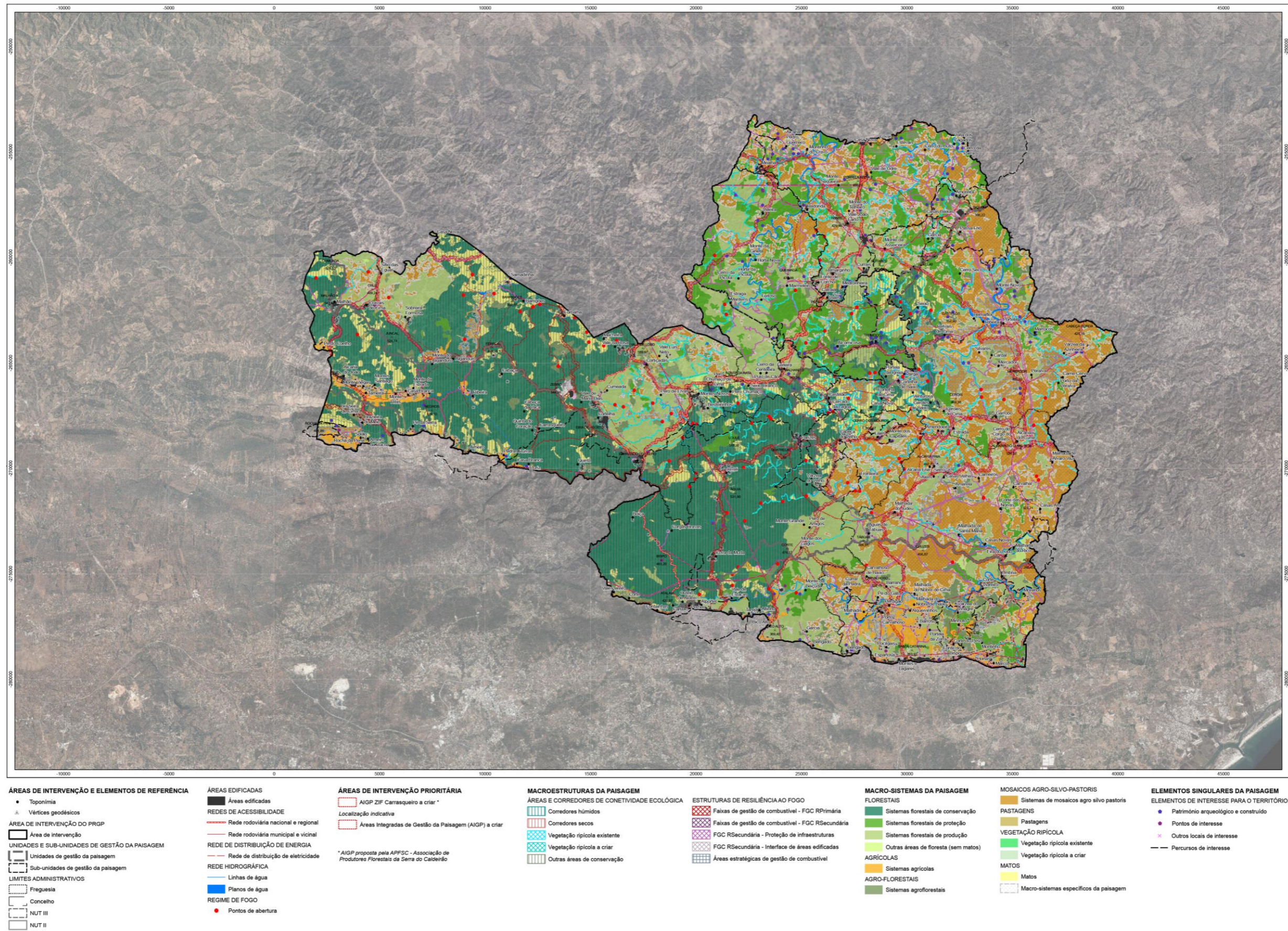


Figura 3 – Desenho da Paisagem Proposto para a área de intervenção do PRGP SC

1.3 ESTRUTURAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

A estruturação da paisagem é feita a partir da espacialização dos padrões que ajudam a compreender a sua organização funcional, sendo esses padrões reflexo da heterogeneidade inerente à paisagem, que nela traduzem a matriz ecológica e cultural que estão na base da sua própria formação.

A partir da estruturação existente, são aplicadas lógicas de transformação específicas para a paisagem da AI do PRGP SC, encontrando-se as mesmas descritas nos capítulos seguintes, onde são apresentados os cenários alternativos de transformação avaliados e as Propostas Territoriais aplicáveis a cada tipologia de ocupação.

Por forma a justificar as propostas de transformação da paisagem preconizadas, foi realizado um exercício de cenarização que permitiu estabelecer três Cenários Alternativos, organizados de acordo com diferentes perspectivas de evolução do território, designadamente um Cenário Passivo, um Cenário de Transição Positiva e um Cenário Ideal.

A escolha do cenário a adotar para o PRGP SC foi efetuada no âmbito da Avaliação Ambiental (AA) e recaiu sobre o **Cenário de Transição Positiva**, justificada por apresentar efeitos potencialmente positivos em relação à situação atual (situação de referência), tendo sido considerado globalmente mais integrador e exequível, atendendo ao horizonte temporal definido para o Programa (10 anos). Durante este período serão efetivados financiamentos públicos ao investimento, manutenção dos investimentos e remuneração dos Serviços dos Ecossistemas para as áreas e ações identificadas como prioritárias.

Este cenário adotado pelo PRGP SC permitirá uma transição gradual da paisagem atual para o desenho da paisagem proposto no horizonte temporal de 10 anos, admitindo-se, contudo, a possibilidade de uma futura evolução no sentido do Cenário Ideal, num horizonte temporal mais alargado de 20 anos.

1.3.1 Propostas Territoriais e Regimes de Gestão

A transformação da paisagem idealizada para a AI contempla assim um conjunto de Propostas Territoriais que atendem aos fatores de transformação e aos critérios adotados, e que compreendem medidas de gestão concretas, aplicáveis às tipologias da ocupação do solo. Destas, são parte integrante a manutenção de usos e ocupações do solo, a alteração dos usos e ocupações do solo, e/ou a aplicação de regimes de gestão.

De referir que a aplicação das Propostas Territoriais tem em consideração a existência das ZEC existentes, sendo que as mesmas se aplicam fora destas, à exceção das AEGC definidas no âmbito do PRGP SC, segundo o cenário de transição adotado. Às áreas integradas nas ZEC e não integradas nas AEGC definidas, aplicar-se-ão as normas dos Planos de Gestão, quando da sua aprovação.

A transformação da paisagem proposta que compreende a efetiva alteração dos usos e ocupação atuais do solo, centra-se essencialmente sobre as tipologias de ocupação de Matos e Florestas de espécies invasoras.

No caso das áreas ocupadas por Matos, e que totalizam quase 30% do total da AI do PRGP SC, a sua transformação está dependente de um conjunto de critérios dos quais depende a ocupação proposta. Estes critérios incluem o declive da área (superior ou inferior a 30%), a integração em áreas da ZEC e a existência de AEGC definidas, no sentido de se diferenciar a transformação em mosaicos agro-silvo-pastoris, mosaicos agrícolas heterogéneos e área de matos geridos. A reconversão de áreas de matos com declive inferior a 30% em mosaicos agro-silvo-pastoris, constituídos por áreas heterogéneas de matos geridos, culturas permanentes e áreas abertas, contribuindo para o fomento da pecuária de pequenos ruminantes. Contudo, esta reconversão deve privilegiar as áreas com declive inferior a 20%, enquanto que nas áreas com declive entre 20% e 30%, a possibilidade da sua aplicação deverá salvaguardar o estado de conservação do solo.

No caso das áreas ocupadas por Matos que se encontram integradas nas ZEC, mas não integradas nas AEGC definidas, prevê-se a manutenção do uso atual, seguindo, contudo, as orientações de gestão próprias definidas nas áreas de ZEC para a gestão de matos.

Quanto às Florestas de espécies invasoras, propõem-se que as mesmas sejam erradicadas e transformadas em Mata de Proteção compostas por espécies autóctones, contribuindo dessa forma para a diversificação da paisagem e para a criação de mosaico com áreas abertas.

Quanto às Florestas de espécies invasoras, propõem-se que as mesmas sejam erradicadas e transformadas em Mata de Proteção constituída por espécies autóctones, contribuindo dessa forma para a diversificação da paisagem e para a criação de mosaico com áreas abertas.

As galerias ripícolas propostas que contemplarão a Vegetação ripícola a criar, deverão ser instaladas nas linhas de água principais identificadas, conforme descrito no subcapítulo 2.2 da PARTE II do Relatório do Programa, em áreas fora das ZEC, mantendo-se as galerias ripícolas existentes conforme as orientações de gestão próprias definidas nas áreas de ZEC.

Para as restantes tipologias, é proposta a manutenção da sua ocupação do solo atual, podendo, contudo, serem aplicados regimes de gestão específicos, conforme se apresenta seguidamente.

Nos casos da agricultura e das pastagens, está contemplada a manutenção das suas áreas prevendo-se ainda assim a sua expansão para áreas contíguas e/ou com aptidão para tal.

A agricultura deverá ser desejavelmente expandida para áreas inseridas na Reserva Agrícola Nacional (RAN) e para as áreas afetadas a aproveitamentos hidroagrícolas. As pastagens deverão ser desejavelmente expandidas para áreas atualmente ocupadas por Matos com declives inferiores a 30%, fora das ZEC.

Na maior parte do território, as transformações incidirão principalmente na melhoria da gestão de atividades onde existem disfunções que diminuem a provisão dos serviços dos ecossistemas e que se relacionam com a suscetibilidade ao fogo ou com o impacto dos incêndios rurais.

As transformações na gestão substanciam-se em **seis regimes de gestão** que serão apoiados no quadro dos sistemas de incentivo associados ao PRGP SC.

- RG1 – Regime de gestão de combustíveis que se destina a diminuir a probabilidade da ocorrência de incêndios de grande extensão e elevada severidade. Este regime tem componentes associadas a todos os outros regimes;
- RG2 – Regime de gestão dos povoamentos de sobreiro que se destina a melhorar a vitalidade dos povoamentos de sobreiro;
- RG3 – Regime de gestão dos povoamentos de pinheiro-manso que se destina a manter a sua função de proteção e a promover opções de utilização produtiva;
- RG4 – Regime de gestão cinegética que se destina a melhorar os habitats do coelho-bravo, perdiz-vermelha e veado, a melhorar a gestão das populações cinegéticas, nomeadamente através da obtenção de informação de censos, e a evidenciar os resultados da exploração cinegética;
- RG5 – Regime silvo-pastoril que se destina a aumentar o número de caprinos e ovinos em pastoreio nas áreas florestais;
- RG6 – Regime de gestão da floresta ripícola que se destina a controlar as espécies exóticas invasoras em ambiente ripícola e reforço da conectividade funcional do sistema hídrico e biodiversidade associada.

No Quadro 2 encontram-se descritas as Propostas Territoriais e os Regimes de Gestão aplicáveis às tipologias de ocupação atual, para o Cenário de Transição Positiva.

Quadro 2 – Propostas Territoriais e Regimes de Gestão aplicáveis às tipologias de ocupação atual, para o Cenário de Transição Positiva

Tipologias da ocupação atual	Área (ha)	%	Critérios e subcritérios relevantes de Transformação		Propostas territoriais	Regimes de Gestão	Tipologias de ocupação proposta (cenário de transição positiva)	Área (ha)	%
Áreas edificadas	551,19	1,0%	Não aplicável		-	-	Áreas edificadas	551,19	1,0%
Outros territórios artificializados	51,81	0,1%	Não aplicável		-	-	Outros territórios artificializados	51,81	0,1%
Massas de água naturais	250,00	0,4%	Não aplicável		-	-	Massas de água naturais	250,00	0,4%
Massas de água artificiais	12,79	0,02%	Não aplicável		-	-	Massas de água artificiais	12,79	0,02%
Agricultura	2.520,65	4,5%	-	-	As áreas de agricultura são mantidas, desejavelmente expandidas para áreas inseridas em RAN, para outras áreas contíguas com potencial agrícola e para as áreas dos aproveitamentos hidroagrícolas existentes, contribuindo para o mosaico com áreas abertas.	Não aplicável	Agricultura	2.488,22	4,4%
Vegetação ripícola	1.198,73	2,1%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Vegetação ripícola existente	443,14	0,8%
				Fora da ZEC	As galerias ripícolas são valorizadas e plantadas nas principais linhas de água sendo promovido o controlo das espécies exóticas invasoras em ambiente ripícola, contribuindo para o reforço da conectividade funcional do sistema hídrico e biodiversidade associada.	RG6 - regime de gestão de floresta ripícola	Vegetação ripícola existente / Vegetação ripícola a criar	755,59 / 201,78	1,3% / 0,4%
Pastagens	464,93	0,8%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Pastagens	109,12	0,2%
				Fora da ZEC	As pastagens são mantidas, desejavelmente expandidas para áreas de matos com declive <30%, contribuindo para o mosaico com áreas abertas e para o fomento da pecuária de pequenos ruminantes.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Pastagens	353,07	0,6%
Matos	16.198,94	28,7%	Declives >30%	Dentro das AEGC propostas no PRGP SC e dentro da ZEC	Os matos são convertidos em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos.	RG1 - regime de gestão de combustíveis	Mosaico agro-silvo-pastoril	86,38	0,2%
				Dentro das AEGC propostas no PRGP SC e fora da ZEC	Os matos são convertidos em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Matos geridos	337,86	0,6%
				Fora das AEGC e dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Mosaico agro-silvo-pastoril	281,84	0,5%
				Fora das AEGC e fora da ZEC	Os matos são geridos mediante promoção de fogos controlados e/ou de gestão, pastoreio e cortes seletivos, contribuindo para o mosaico com áreas abertas	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Matos geridos	404,52	0,7%
			Declives <30%	Fora das AEGC e dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Matos	2.903,43	5,2%
				Fora das AEGC e fora da ZEC	Os matos são convertidos em áreas heterogéneas de matos geridos, culturas permanentes e áreas abertas, contribuindo para a constituição do mosaico agro-silvo-pastoril e fomento da pecuária de pequenos ruminantes.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Matos geridos	9.504,26	16,9%
				Dentro das AEGC propostas no PRGP SC e dentro da ZEC	Os matos são convertidos em mosaico agrícola heterogéneo ou em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos.	RG1 - regime de gestão de combustíveis	Mosaico agrícola heterogéneo	67,13	0,1%
				Dentro das AEGC propostas no PRGP SC e fora da ZEC	Os matos são convertidos em mosaico agrícola heterogéneo ou em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Mosaico agro-silvo-pastoril	47,89	0,1%
				Fora das AEGC e dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Matos geridos	4,07	0,01%
				Fora das AEGC e fora da ZEC	Os matos poderão ser convertidos em áreas heterogéneas de matos geridos, culturas permanentes e áreas abertas, contribuindo para a constituição do mosaico agro-silvo-pastoril e fomento da pecuária de pequenos ruminantes.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Mosaico agrícola heterogéneo	53,66	0,1%
Mosaico agro-silvo-pastoril	78,13	0,1%							
Matos geridos	7,72	0,01%							
Matos	679,52	1,2%							
Mosaico agro-silvo-pastoril	1.697,97	3,0%							
SAF	2.521,72	4,5%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Sistemas agroflorestais	644,41	1,1%
				Fora da ZEC	Manter o uso.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG2 - regime de gestão dos sobreiros e montado RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril		1.864,94	3,3%
Florestas de azinheira	1.773,25	3,1%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Florestas de azinheira	207,53	0,4%
				Fora da ZEC	Manter o uso.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Florestas de azinheira	1.552,84	2,8%

Tipologias da ocupação atual	Área (ha)	%	Critérios e subcritérios relevantes de Transformação		Propostas territoriais	Regimes de Gestão	Tipologias de ocupação proposta (cenário de transição positiva)	Área (ha)	%
Florestas de sobreiro	24.715,41	43,9%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Florestas de sobreiro	15.090,25	26,8%
				Fora da ZEC	Os povoamentos de sobreiro são mantidos, com melhoria da sua vitalidade e produtividade	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG2 - regime de gestão dos sobreirais e montado RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Florestas de sobreiro	9.549,10	16,9%
Florestas de outras folhosas	320,37	0,6%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Florestas de outras folhosas	115,00	0,2%
				Fora da ZEC	As florestas de outras folhosas são mantidas, contribuindo para o mosaico com áreas abertas.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Florestas de outras folhosas	204,57	0,4%
Florestas de eucalipto	549,25	1,0%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Florestas de eucalipto	132,12	0,2%
				Fora da ZEC	As florestas de eucaliptos são mantidas, com possível rearborização nos termos da legislação em vigor.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética		415,72	0,7%
Florestas de pinheiro bravo	762,53	1,4%	Declives >30%	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Florestas de pinheiro bravo	412,35	0,7%
				Fora da ZEC	As florestas de pinheiro bravo são mantidas até ao termo da exploração e deverão evoluir para uso compatível com o regime de gestão de combustível.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética	Florestas de pinheiro bravo	203,70	0,4%
			Declives <30%	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Florestas de pinheiro bravo	68,51	0,1%
				Fora da ZEC	As florestas de pinheiro bravo são transformadas, no termo da exploração, em culturas permanentes em locais compatíveis, contribuindo para o mosaico com áreas abertas.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Florestas de pinheiro bravo	77,38	0,1%
Florestas de pinheiro manso	4.451,60	7,9%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Florestas de pinheiro manso	1.161,11	2,1%
				Fora da ZEC	As florestas de pinheiro manso são mantidas, assegurando a sua função de proteção do solo e promovendo opções de utilização produtiva.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG3 - regime de gestão dos povoamentos de pinheiro-manso RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Florestas de pinheiro manso	3.272,59	5,8%
Florestas de espécies invasoras	5,02	0,01%	-	-	As florestas de espécies invasoras são erradicadas e transformadas em mata de proteção constituída por espécies autóctones, contribuindo para o mosaico com áreas abertas.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Mata de proteção	5,02	0,01%
	56.348,19	100%						56.348,19	100%

Nota: O diferencial de áreas verificado nas tipologias de ocupação cuja proposta territorial é a manutenção do uso, é justificado pela subtração de áreas que passam a estar associadas à implantação de novas galerias ripícolas (vegetação ripícola a criar).

Na Figura 4 é apresentada a expressão territorial das propostas contempladas para a transformação da paisagem da AI do PRGP SC, englobando estas, as áreas com Propostas Territoriais e as áreas com e sem aplicação dos referidos Regimes de Gestão, que podem coexistir espacialmente.

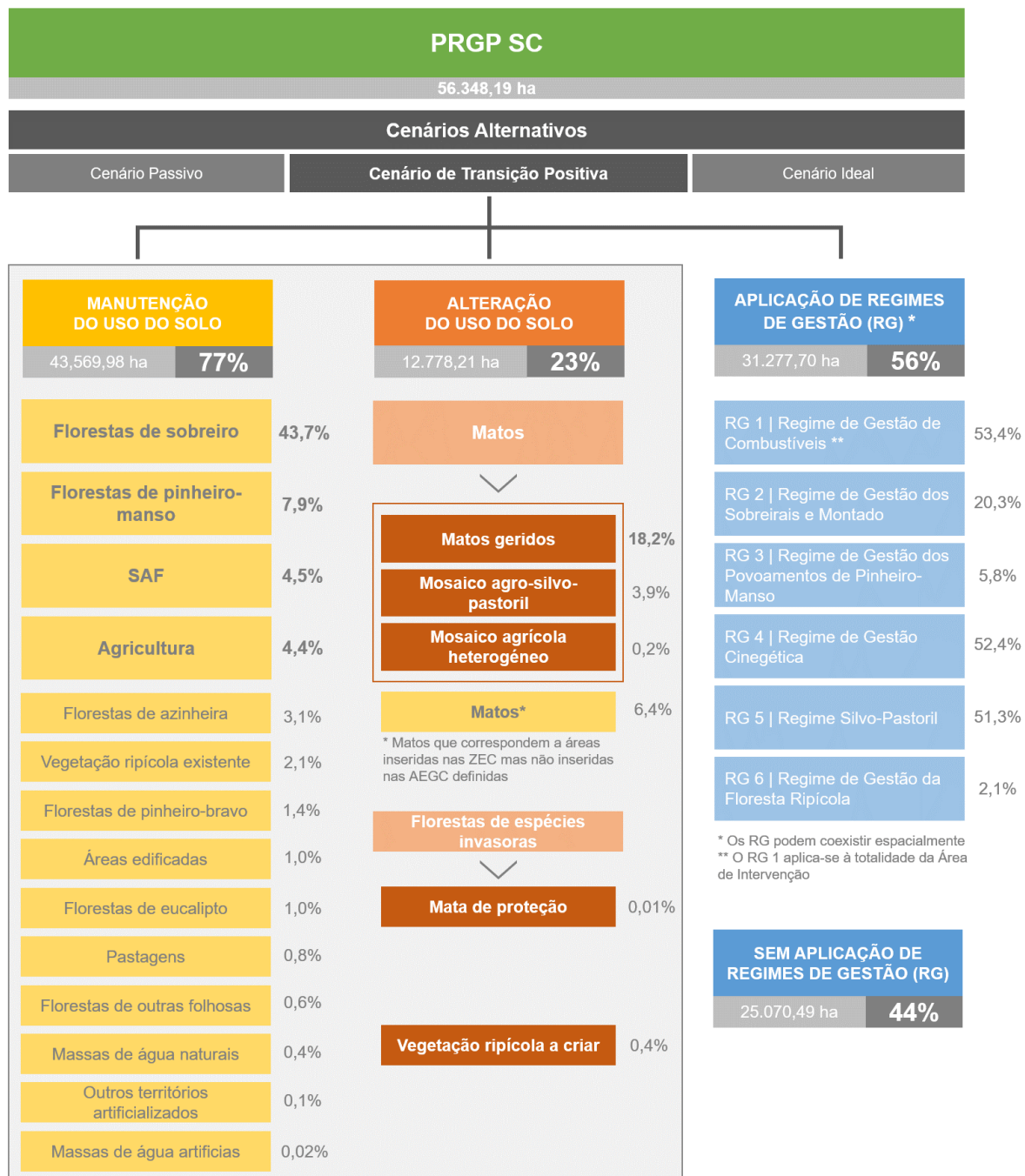


Figura 4 – Expressão territorial das Propostas Territoriais e dos Regimes de Gestão aplicáveis

1.4 FUNDAMENTAÇÃO DAS OPÇÕES TOMADAS

As opções tomadas na proposta de transformação da paisagem, preconizada no Desenho da Paisagem Proposto do PRGP SC, assentam nos seguintes objetivos:

a. **Resiliência do território**, mediante a redução da sua vulnerabilidade aos fogos rurais

A estratégia de redução da vulnerabilidade aos incêndios rurais que se propõe foi definida no sentido de aumentar a resiliência das comunidades vegetais e dos povoamentos florestais e, simultaneamente, de aumentar a capacidade de supressão dos meios empenhados na extinção de incêndios.

Na sua base teve como premissas o carácter endógeno e ecológico do fogo corporizado nas características da vegetação que permitem a sua regeneração pós-evento e a sustentação das chamas no tempo e no espaço, e a resiliência ecológica como função de um regime de perturbação e não da simples presença ou ausência do fator de perturbação.

A composição da vegetação do sob coberto, os padrões de mudança da paisagem e o histórico recente de incêndios favorecem incêndios extremos (e difíceis de prever) na AI, sendo independente da frequência de ocorrências. Estas dinâmicas paisagísticas podem levar a alterações de grande escala no comportamento do fogo, exigindo estratégias de gestão adequadas e ajustadas às novas circunstâncias.

As limitações às atividades rurais com função produtiva impostas pelas características biofísicas locais, exigem que as estratégias tenham carácter inovador (ou retro-inovador) e em alguns casos até disruptivo. Este facto, requer mais tempo para a sua aceitação de modo a que emerjam os atores locais e regionais com capacidade para empreender, liderar e operacionalizar o processo de mudança.

A definição das áreas estratégicas para a área do PRGP SC, foi suportada pelo histórico de incêndios e por simulações do comportamento do fogo.

Considerando o potencial de propagação do fogo, o histórico de incêndios rurais, e as dinâmicas da vegetação, propõem-se **cinco tipologias de áreas estratégicas**:

- **Rede Primária:** corresponde às áreas disponibilizadas pelo ICNF, e que ainda carecem de aprovação no Programa de Ação Regional;
- **Gestão de matos:** corresponde a áreas homogéneas ocupadas essencialmente com esteva (eventualmente medronheiros esparsos), e onde podem ser aplicadas várias técnicas de gestão de combustível (muito provavelmente terão que ser combinadas técnicas, tal como demonstrado por Guiomar et al. (2011)) ou autorizados fogos de gestão;

- **Mosaico agro-silvo-pastoril:** correspondem a áreas abertas com sobreiros com clareiras, onde se pode privilegiar o pastoreio dirigido para gestão da vegetação sob-coberto, e aplicar medidas de recuperação dos povoamentos de sobreiro;
- **Mosaico agrícola heterogéneo:** corresponde à reduzida área de solos mais férteis, e onde se pretende manter a atividade agrícola;
- **Recuperação de galerias ripícolas:** espaços de vale com dimensão para recuperar uma galeria com potencial para ter efeito no comportamento do fogo.

A implementação plena da estratégia proposta terá efeitos significativos de curto a médio prazo no regime de fogo, pelo aumento da heterogeneidade espacial e temporal da estrutura e idade de combustíveis através da relação complementar entre os efeitos dos animais e do fogo (controlado e/ou de gestão), na vegetação.

O fogo é considerado e assumido como um instrumento fundamental de gestão do território, distinguindo-se não só dos incêndios rurais por progredir dentro da capacidade de extinção e do limiar de resiliência das populações e comunidades que se pretendem conservar, assim como pelo objetivo primordial de limitar os danos por estes causados nas pessoas e bens e nos sistemas produtivos e ecológicos.

O tempo que é necessário para a implementação de estratégias inovadoras de gestão da paisagem, pressupõem não só o desenho de instrumentos que operacionalizem a estratégia, mas também da sua plena aceitação.

b. Valorização do território, promovendo a valorização da aptidão dos solos e a melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas

A situação de referência do território do PRGP SC induz condicionantes à valorização do território. Essas condicionantes inscrevem-se nos seguintes temas principais:

1. A tendência acentuada de perda de rentabilidade da exploração suberícola decorrente da perda de vitalidade dos povoamentos.
2. A insuficiente informação técnica e económica sobre 1), que permita uma resposta espacializada, isto é, dirigida para zonas onde ocorram tipologias de problemas específicas, dentro da tendência geral do declínio dos povoamentos de sobreiro.
3. A elevada perigosidade de incêndio, sendo que existem indicações de que o fenómeno do declínio do sobreiro poderá estar a ser mediado por alterações da dinâmica da vegetação, induzidas pelo fogo.

4. A existência de povoamentos de pinheiro-manso, com opções de aproveitamento económico, pouco relevantes, cujo apoio à manutenção pode estar comprometido, mas que estão associados a funções de proteção importantes.
5. A quase inexistência de atividade silvo-pastoril, sem perspetivas atuais de evolução positiva.
6. Muito baixa produtividade cinegética, em particular das espécies de caça menor, sendo que a gestão cinegética tem pouco impacto na gestão dos habitats e reduzida expressão económica.

Por outro lado, no território do PRGP SC verificam-se características e dinâmicas que auxiliam a geração de alternativas de valorização:

- i. O Valor Natural da área em estudo, reconhecido dentro e fora da área da ZEC e a sua potencial ligação ao fluxo de turismo regional;
- ii. O reconhecimento e concordância, no essencial, do diagnóstico por parte dos stakeholders privados e públicos, o que cria condições objetivas para a transição;
- iii. A existência de dinâmicas associativas, de desenvolvimento local e empresariais (e.g. movimento associativo dos caçadores, associação de produtores florestais), com potencial para serem os protagonistas da transição;
- iv. As sinergias com o PRGP das Serras de Monchique e Silves e com os restantes territórios vulneráveis do Algarve, nomeadamente através da concertação das propostas, que permitirão uma coerência regional na transformação da paisagem.

As ações do PRGP SC são orientadas pela necessidade de atingir níveis mínimos de capacidade de gestão do território, incidindo em ações mitigadoras das condicionantes acima referidas, através da atividade económica, criando condições para a contínua valorização do capital natural e melhorando as condições para a expansão de atividades turísticas a ele associadas.

As propostas de reordenamento e gestão da paisagem decorrem da lógica interna do Programa de Transformação da Paisagem (PTP): i) adicionalidade na provisão dos serviços dos ecossistemas incluindo o serviço de proteção do fogo; ii) uma lógica socioeconómica que torne eficiente a utilização dos incentivos.

Considera-se que, em conjunto com a modalidade de financiamento multifundos, as duas características mencionadas constituem o esteio conceptual do PTP, o qual é determinante na estratégia de valorização do território. No PRGP SC é proposta uma transformação essencialmente mediada por alterações na gestão dos sistemas florestais e agrícolas, com alguns ajustamentos da ocupação do solo, essencialmente através da transformação de “matos” em “mosaicos agro-silvo-pastoris”.

Considerando os serviços dos ecossistemas de aprovisionamento, prevê-se que a melhoria da vitalidade dos povoamentos de sobreiro, o fomento da silvo pastorícia e da caça, poderão ter um impacto relevante. O regime de gestão dos povoamentos de sobreiro compreende a obtenção prévia de informação relevante sobre o estado e determinantes da evolução da vitalidade dos povoamentos, bem como sobre economia dos mesmos.

Quanto aos serviços dos ecossistemas de regulação, resulta do diagnóstico que a proteção do fogo, da biodiversidade, da conservação do solo e da água aumentarão, muito provavelmente em resposta aos regimes que incluem Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustível, aos regimes de gestão dos povoamentos de sobreiro, do pinheiro-manso, de gestão cinegética e, também ao regime de gestão da floresta ripícola.

Os serviços culturais, em particular os serviços direta ou indiretamente associados à atividade turística, ganharão uma adicionalidade potencial como resultado da transição. A Proposta compatibiliza a identidade ambiental e sociocultural do território à sua diferenciação, fatores que são considerados decisivos no aumento do valor turístico. As transformações na gestão que são propostas têm, assim, uma resposta multifuncional, sendo esta uma das razões pela qual se espera eficiência nos incentivos que a elas se apliquem.

O regime de gestão de combustível está também associado à promoção do regime silvo-pastoril e à revitalização e diversificação da atividade cinegética, tirando partido da condição pré-existente de áreas com regime de gestão e entidades gestoras.

Procura-se que os povoamentos de pinheiro-manso possam ter um aumento da sua produção não lenhosa, articulando a sua condução (e.g. desbastes e desramações) com o fomento da atividade silvo pastoril e cinegética, a exemplo do que já se verifica em outros povoamentos de pinheiro-manso com igual historial de gestão.

No período entre 1995 e 2018, o uso e ocupação do solo na AI mantiveram-se estáveis. Da análise realizada no Relatório de Diagnóstico prospetivo resulta que o essencial das transformações no uso e ocupação do solo, decorrentes do abandono agrícola da segunda metade do século XX, estavam já concluídas em 1995. Isto significa, que existe um equilíbrio entre a dinâmica socioeconómica e a transformação do território. Contudo, o facto de existir um declínio da produtividade agrícola e florestal no contexto de uma ocupação do solo estável, significa que: i) o equilíbrio não é virtuoso; ii) a gestão e as características em cada uma das classes de ocupação poderão ter mudado.

Assim, as transformações propostas procuram perturbar esse equilíbrio através da gestão, sempre obedecendo à lógica do PTP de ter efeitos adicionais na provisão dos serviços dos ecossistemas.

c. Impulsionar uma nova economia, através do aumento do valor dos ativos territoriais e da dinamização da economia.

As conclusões do Diagnóstico Prospetivo, reforçadas pelos testemunhos dos atores locais nos eventos públicos evidenciam que o esvaziamento rural, humano, e conseqüentemente económico e produtivo deste território, constituem as principais causas do seu declínio como um todo.

Uma estrutura fundiária com propriedades de reduzida dimensão e a fraca tradição de gestão conjunta do território, associada à falta de infraestruturas de telecomunicações, de mobilidade e de abastecimento de águas, entre outras, constituem fortes limitações ao investimento e à fixação de empresas e negócios.

As alterações climáticas com um impacto mais forte e mais a curto prazo do que se antecipava, geram um aumento da pressão sobre o território já bastante vulnerável, principalmente do ponto de vista dos recursos hídricos.

Face a esta realidade, a Serra do Caldeirão carece de investimento e divulgação nacional e internacional dos seus valores naturais, paisagísticos e endógenos pelo que a Proposta do Programa aposta na atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, pela criação de emprego, pela fixação da população e, conseqüente, pela dinamização dos aglomerados populacionais.

A dinamização das atividades económicas será sustentada nas intenções da Proposta de expansão das áreas agrícolas e de pastagem, assim como na reconversão das áreas de matos em áreas de matos geridos e em mosaicos-agro-silvo-pastoril que, associados aos regimes de gestão propostos, conduzirão tendencialmente:

- ao aumento das atividades económicas relacionadas;
- ao aumento do número de empresas agrícolas dinamizadas ou criadas;
- ao incremento da atividade cinegética;
- ao fomento da pecuária de pequenos ruminantes;
- à instalação de culturas emergentes;
- ao aumento da oferta e divulgação dos produtos tradicionais e endógenos da região.

A diferenciação do território através do aproveitamento do seu valor ambiental, gera potencial para o aumento de volume e de valor acrescentado nas atividades turísticas a promover na Serra do Caldeirão, que constituem uma oferta diferenciada e complementar, relativamente aos habituais produtos “Sol e Mar”, proporcionados pela região do Algarve, em que se insere.

Tendencialmente prevê-se um maior incremento das atividades turísticas relacionadas com o turismo de natureza, cinegético, científico e criativo, bem como as atividades desportivas, tradicionais (incluindo redes de percursos cicláveis e de caminhada) e gastronómicas, que deverão ser estruturadas, incrementadas e divulgadas. Complementarmente serão implementadas ações de recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e cultural, tendo em vista a sua visitação e usufruto.

Perspetivam-se assim efeitos positivos na criação de oportunidades de emprego, numa lógica de renovação geracional através da captação de jovens empreendedores, favorecendo a fixação de população ativa nestes territórios, desenvolvendo as suas atividades e gerando rendimentos, ao mesmo tempo que prestam um serviço público de gestão dos ecossistemas e da paisagem.

A Proposta prevê a revitalização dos principais aglomerados populacionais (e.g. Cachopo e Cabeça do Velho), bem como outros “pontos de atividade humana” com capacidade para catalisarem ações de intervenção na gestão da paisagem (AIGP a constituir) e possibilidade de constituição de Condomínios de Aldeia.

O crescimento do povoamento disperso será controlado de modo a evitar a ocupação de áreas de elevado risco de fogos rurais, a perturbação de ecossistemas sensíveis e a necessidade de assegurar a prestação de serviços essenciais com custos muito elevados (e.g. recolha de resíduos).

Em resposta às dinâmicas socioeconómicas imprimidas pela Proposta do Programa, prevê-se a fixação da população na Serra, a viver ou a trabalhar, contribuindo para manter da identidade cultural e promovendo o património local. A diminuição da perceção do risco de incêndio decorrente da transformação do território proposta, será também um fator positivo de qualificação do território.

No âmbito do Programa de Transformação da Paisagem, para as áreas e ações prioritárias do PRGP SC serão efetivados financiamentos públicos ao investimento, manutenção dos investimentos e remuneração dos Serviços de Ecossistemas (fundamentalmente Serviços de Ecossistemas de regulação e culturais que não são devidamente remunerados pelos mercados), por um período de 10 a 15 anos, acompanhados por um programa de monitorização e avaliação de ações e resultados.

2 MATRIZ DE TRANSIÇÃO E VALORIZAÇÃO

A matriz de transição e valorização identifica as macrotendências de transformação da paisagem para a concretização dos objetivos do Programa, incluindo estimativas das áreas a alterar e das áreas a manter e valorizar mediante implementação de regimes de transição.

Conforme abordado anteriormente, no Desenho da Paisagem Proposto está contemplado um conjunto de Propostas Territoriais, onde se incluem as áreas afetadas à alteração do uso e ocupação atuais para novas ocupações, bem como a aplicação de regimes de gestão que, no seu conjunto, visam a transformação da paisagem preconizada para a área de intervenção do PRGP SC.

2.1 MATRIZ DE CUSTOS DE TRANSIÇÃO

O Quadro 3 apresenta a estimativa dos custos da transição para o Cenário de Transição Positiva por tipologias de ocupação e modalidades de financiamento (ver capítulo 2.2 - Quadro de Financiamento da PARTE III) no horizonte do PRGP SC (10 anos).

O Quadro 4 apresenta a discriminação dos custos unitários utilizados na estimativa dos custos da transição para o Cenário de Transição Positiva, por tipologias de ocupação e modalidades de financiamento. O faseamento geral dos custos pressupõe que os investimentos são realizados até o oitavo ano do projeto, prolongando-se os custos de manutenção pelo período de 10 anos após o investimento.

Quadro 3 - Estimativa dos custos da transição para o Cenário de Transição Positiva por tipologias de ocupação e modalidades de financiamento

Cod	Tipologias de Ocupação	Área (ha)	Cenário de Transição Positiva Tipologias de Transição	Modalidades de Financiamento				Total (€)
				FEADER/FA		FEADER/PRR/FA		
				Investimento (€)	Manutenção e Gestão (€)	Investimento (€)	Pagamentos incluindo dos SE (€)	
1	Agricultura integrada nas ZEC	333,2	ZEC	-	-	-	-	- €
2	Agricultura integrada nas ZEC e nas AEGC	312,3	ZEC + RG1	46 843,50 €	156 145,00 €	-	-	202 988,50 €
3	Agricultura fora das ZEC	998,1	Agricultura	-	-	-	698 698,00 €	698 698,00 €
4	Agricultura fora das ZEC e integrada nas AEGC	824,2	Agricultura	123 622,50 €	412 075,00 €	-	576 905,00 €	1 112 602,50 €
5	Agricultura + Vegetação ripícola a criar	52,8	Agricultura + RG6	10 560,00 €	10 560,00 €	-	47 520,00 €	68 640,00 €
6	Florestas de sobreiro integradas nas ZEC	13897,2	ZEC	-	-	-	-	- €
7	Florestas de sobreiro integradas nas ZEC e nas AEGC	1100,7	ZEC + RG1	165 105,00 €	550 350,00 €	-	-	715 455,00 €
9	Florestas de sobreiro fora das ZEC	8220,8	RG1 + RG2 + RG4 + RG5	2 425 147,80 €	4 110 420,00 €	452 146,20 €	10 111 633,20 €	17 099 347,20 €
10	Florestas de sobreiro fora das ZEC e integradas nas AEGC	1328,3	RG1 + RG2 + RG4 + RG5	391 836,70 €	664 130,00 €	73 054,30 €	1 633 759,80 €	2 762 780,80 €
13	Florestas de sobreiro + Vegetação ripícola a criar	168,4	RG1 + RG2 + RG4 + RG5 + RG6	83 377,80 €	117 908,00 €	9 264,20 €	207 181,20 €	417 731,20 €
15	Florestas de pinheiro manso integradas nas ZEC	1110,2	ZEC	-	-	-	-	- €
16	Florestas de pinheiro manso integradas nas ZEC e nas AEGC	48,8	ZEC + RG1	7 317,00 €	24 390,00 €	-	-	31 707,00 €
17	Florestas de pinheiro manso fora das ZEC	3201,3	RG1 + RG3 + RG4 + RG5	960 390,00 €	3 201 300,00 €	163 266,30 €	3 361 365,00 €	7 686 321,30 €
19	Florestas de pinheiro manso fora das ZEC e integradas nas AEGC	71,3	RG1 + RG3 + RG4 + RG5	35 635,00 €	85 524,00 €	3 634,77 €	74 833,50 €	199 627,27 €
20	Florestas de pinheiro manso + Vegetação ripícola a criar	20,1	RG1 + RG3 + RG4 + RG5 + RG6	10 040,00 €	24 096,00 €	1 024,08 €	21 084,00 €	56 244,08 €
22	Matos integrados nas ZEC	3457,1	ZEC	-	-	-	-	- €
23	Matos integrados nas ZEC e nas AEGC	642,7	ZEC + RG1	96 408,00 €	321 360,00 €	-	-	417 768,00 €
24	Matos fora das ZEC	11202,2	RG1 + RG4 + RG5	-	-	571 313,73 €	11 762 341,50 €	12 333 655,23 €
25	Matos fora das ZEC e integrados nas AEGC	825,9	RG1 + RG4 + RG5	-	-	42 118,35 €	867 142,50 €	909 260,85 €
26	Matos + Vegetação ripícola a criar	71,0	RG1 + RG4 + RG5 + RG6	14 200,00 €	14 200,00 €	3 621,00 €	74 550,00 €	106 571,00 €
27	Sistemas agroflorestais integrados nas ZEC	561,0	ZEC	-	-	-	-	- €
29	Sistemas agroflorestais integrados nas ZEC e nas AEGC	78,9	ZEC + RG1	11 835,00 €	39 450,00 €	-	-	51 285,00 €
30	Sistemas agroflorestais fora das ZEC	1407,0	RG1 + RG4 + RG5	-	-	71 757,00 €	1 477 350,00 €	1 549 107,00 €
31	Sistemas agroflorestais fora das ZEC e integrados AEGC	458,0	RG1 + RG4 + RG5	-	-	23 358,00 €	480 900,00 €	504 258,00 €
33	Sistemas agroflorestais + Vegetação ripícola a criar	16,8	RG1 + RG4 + RG5 + RG6	3 360,00 €	3 360,00 €	856,80 €	17 640,00 €	25 216,80 €
34	Vegetação ripícola a criar integrada nas ZEC	423,3	ZEC	-	-	-	-	- €
35	Vegetação ripícola a criar integrada nas ZEC e nas AEGC	19,8	ZEC + RG1	2 971,50 €	9 905,00 €	-	-	12 876,50 €
36	Vegetação ripícola a criar fora das ZEC	675,5	RG1 + RG6	-	135 094,00 €	-	-	135 094,00 €
37	Vegetação ripícola a criar fora das ZEC e integrada nas AEGC	80,1	RG1 + RG6	-	16 024,00 €	-	-	16 024,00 €
38	Florestas de azinheira integradas nas ZEC	186,1	ZEC	-	-	-	-	- €
39	Florestas de azinheira integradas nas ZEC e nas AEGC	18,6	ZEC + RG1	2 782,50 €	9 275,00 €	-	-	12 057,50 €
40	Florestas de azinheira fora das ZEC	1461,1	RG1 + RG4 + RG5	-	-	74 516,61 €	1 534 165,50 €	1 608 682,11 €
42	Florestas de azinheira fora das ZEC e integradas nas AEGC	91,7	RG1 + RG4 + RG5	-	-	4 677,72 €	96 306,00 €	100 983,72 €
43	Florestas de azinheira + Vegetação ripícola a criar	15,8	RG1 + RG4 + RG5 + RG6	3 152,00 €	3 152,00 €	803,76 €	16 548,00 €	23 655,76 €
44	Florestas de pinheiro bravo integradas nas ZEC	468,6	ZEC	-	-	-	-	- €
45	Florestas de pinheiro bravo integradas nas ZEC e nas AEGC	11,0	ZEC + RG1	1 650,00 €	5 500,00 €	-	-	7 150,00 €
46	Florestas de pinheiro bravo fora das ZEC	263,7	RG1 + RG4 + RG5	-	-	13 448,70 €	276 885,00 €	290 333,70 €
47	Florestas de pinheiro bravo fora das ZEC e integradas AEGC	17,4	RG1 + RG4 + RG5	-	-	886,38 €	18 249,00 €	19 135,38 €
48	Florestas de pinheiro bravo + Vegetação ripícola a criar	1,8	RG1 + RG4 + RG5 + RG6	368,00 €	368,00 €	93,84 €	1 932,00 €	2 761,84 €

Cod	Tipologias de Ocupação	Área (ha)	Cenário de Transição Positiva Tipologias de Transição	Modalidades de Financiamento				Total (€)
				FEADER/FA		FEADER/PRR/FA		
				Investimento (€)	Manutenção e Gestão (€)	Investimento (€)	Pagamentos incluindo dos SE (€)	
49	Florestas de eucalipto integradas nas ZEC	125,9	ZEC	-	-	-	-	- €
50	Florestas de eucalipto integradas nas ZEC e nas AEGC	3,3	ZEC + RG1	496,50 €	1 655,00 €	-	-	2 151,50 €
51	Florestas de eucalipto fora das ZEC	390,9	RG1 + RG4	-	-	19 933,35 €	410 392,50 €	430 325,85 €
52	Florestas de eucalipto fora das ZEC e integradas nas AEGC	24,9	RG1 + RG4	-	-	1 268,37 €	19 896,00 €	21 164,37 €
53	Florestas de eucalipto + Vegetação ripícola a criar	4,4	RG1 + RG4 + RG6	870,00 €	870,00 €	221,85 €	3 480,00 €	5 441,85 €
55	Pastagens integradas nas ZEC	64,1	ZEC	-	-	-	-	- €
57	Pastagens integradas nas ZEC e nas AEGC	42,8	ZEC + RG1	6 412,50 €	21 375,00 €	-	-	27 787,50 €
59	Pastagens fora das ZEC	281,7	RG1 + RG4 + RG5	-	-	14 365,17 €	295 753,50 €	310 118,67 €
60	Pastagens fora das ZEC e integradas nas AEGC	71,4	RG1 + RG4 + RG5	-	-	3 640,89 €	74 959,50 €	78 600,39 €
62	Pastagens + Vegetação ripícola a criar	5,0	RG1 + RG4 + RG5 + RG6	994,00 €	994,00 €	253,47 €	5 218,50 €	7 459,97 €
63	Florestas de outras folhosas integradas nas ZEC	114,8	ZEC	-	-	-	-	- €
64	Florestas de outras folhosas integradas nas ZEC e nas AEGC	0,3	ZEC + RG1	42,00 €	140,00 €	-	-	182,00 €
65	Florestas de outras folhosas fora das ZEC	194,7	RG1 + RG4 + RG5	-	-	9 931,23 €	204 466,50 €	214 397,73 €
67	Florestas de outras folhosas integradas fora das ZEC e integradas nas AEGC	9,8	RG1 + RG4 + RG5	-	-	501,33 €	10 321,50 €	10 822,83 €
71	Florestas de outras folhosas integradas + Vegetação ripícola a criar	0,8	RG1 + RG4 + RG5 + RG6	160,00 €	160,00 €	40,80 €	840,00 €	1 200,80 €
74	Florestas de espécies invasoras fora das ZEC	5,0	Mata de proteção	10 040,00 €	1 004,00 €	-	- €	11 044,00 €
TOTAL das tipologias de transição com financiamento		34 741,1		4 415 617,30€	9 940 784,00 €	1 559 998,20 €	34 382 317,20 €	50 298 716,70 €
TOTAL das tipologias de transição		55 482,2						

Nota: As tipologias de transição apresentadas no quadro decorrem das Propostas Territoriais, bem como da aplicação dos Regimes de Gestão que podem coexistir espacialmente.

Quadro 4 - Custos unitários utilizados na estimativa dos custos da transição para o Cenário de Transição Positiva por tipologias de transição e modalidades de financiamento

Cenário de Transição Positiva Tipologias de Transição	Modalidades de Financiamento							
	FEADER/FA		FEADER/PRR/FA		FEADER/FA		FEADER/PRR/FA	
	Investimento (€)	Manutenção e Gestão (€)	Investimento (€)	Pagamentos incluindo dos SE (€)	Investimento (€)	Manutenção e Gestão (€)	Investimento (€)	Pagamentos incluindo dos SE (€)
ZEC	Não aplicável							
ZEC + RG1	150	500	-	-	▪ Gestão de matos em 30% área com um custo de € 450/ha	▪ Manutenção da gestão de matos durante 10 anos a € 50/ha.ano	-	-
Agricultura	-	-	-	700	-	-	-	▪ PSE € 100/ha.ano em 70% da área
Agricultura + RG6	200	200	-	900	▪ Estabelecimento de galeria ripícola em 10% da área (€ 2.000/ha)	▪ Manutenção de galeria ripícola a € 200 /ha.ano durante 10 anos em 10% da área	-	▪ PSE € 100/ha.ano em 90% da área
RG1 + RG2 + RG4 + RG5	295	500	55	1230	▪ Intervenções no âmbito da fitossanidade e correção do solo a € 500/ha em 25% da área (€ 125/ha); ▪ Intervenções de condução da regeneração natural a € 220/ha em 50% da área (€ 110/ha); ▪ Gestão de matos a € 200/ha em 30% da área (€60/ha)	▪ Condução da regeneração natural e controlo do mato durante 10 anos a € 50/ha.ano.	▪ € 70 000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha); ▪ € 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha); ▪ € 170.000 de estudos para a totalidade da área (55482 ha) aproximadamente €4/ha.	▪ Durante 10 anos: ▪ PSE € 100/ha.ano em 70% da área; ▪ Perda de rendimento povoamentos em 10% da área a €180/ha.ano (€ 18/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à silvopastorícia € 100/ha.ano em 25% da área (€25/ha.ano)
RG1 + RG2 + RG4 + RG5 + RG6	495	700	55	1230	▪ Intervenções no âmbito da fitossanidade e correção do solo a € 500/ha em 25% da área (€ 125/ha). ▪ Intervenções de condução da regeneração natural (€220/ha) em 50% da área (€ 110/ha) + gestão de matos em 30% da área € 200/ha ▪ Restabelecimento de galeria ripícola em 10% da área a € 2.000 /ha	▪ Durante 10 anos: ▪ Condução da regeneração natural e controlo do mato €50/ha.ano; ▪ Manutenção da galeria ripícola a 200/ha.ano em 10% da área.	▪ € 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha); ▪ € 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha (de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha); ▪ € 170.000 de estudos para a totalidade da área (55482 ha) aprox €4 /ha.	▪ Durante 10 anos: ▪ PSE € 100/ha.ano em 70% da área; ▪ Perda de rendimento povoamentos em 10% da área a €180/ha.ano (€ 18/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à silvopastorícia € 100/ha.ano em 25% da área (€25/ha.ano)
RG1 + RG3 + RG4 + RG5	300	1000	51	1050	▪ Melhoria de povoamentos a €600/ha em 50% da área (€ 300/ha)	▪ Manutenção a € 200 /ha.ano em 50% da área, durante 10 anos	▪ € 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha); ▪ € 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha (de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha)	▪ Durante 10 anos: ▪ PSE € 100/ha.ano em 70% da área; ▪ Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à silvopastorícia € 100/ha.ano em 25% da área (€25/ha.ano)
RG1 + RG3 + RG4 + RG5 + RG6	500	1200	51	1050	▪ Melhoria de povoamentos a €600/ha em 50% da área (€ 300/ha). ▪ Restabelecimento de galeria ripícola em 10% da área a € 2000/ha	▪ Durante 10 anos: ▪ Manutenção a € 200 /ha.ano em 50% da área; ▪ Manutenção da galeria ripícola a 200/ha.ano em 10% da área	▪ € 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha); ▪ € 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha (de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha)	▪ Durante 10 anos: ▪ PSE € 100/ha.ano em 70% da área; ▪ Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à silvopastorícia € 100/ha.ano em 25% da área (€25/ha.ano)
RG1 + RG4 + RG5	-	-	51	1050	-	-	▪ € 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha); ▪ € 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha (de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha)	▪ Durante 10 anos: ▪ PSE € 100/ha.ano em 70% da área; ▪ Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à silvopastorícia € 100/ha.ano em 25% da área (€25/ha.ano)
RG1 + RG4 + RG5 + RG6	200	200	51	1050	▪ Restabelecimento de galeria ripícola em 10% da área a € 2.000/ha	▪ Manutenção da galeria ripícola a € 200 /ha.ano em 10% da área, durante 10 anos	▪ € 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha); ▪ € 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha (de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha)	▪ Durante 10 anos: ▪ PSE € 100/ha.ano em 70% da área; ▪ Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à silvopastorícia € 100/ha.ano em 25% da área (€25/ha.ano)

Cenário de Transição Positiva	Modalidades de Financiamento							
	FEADER/FA		FEADER/PRR/FA		FEADER/FA		FEADER/PRR/FA	
	Investimento (€)	Manutenção e Gestão (€)	Investimento (€)	Pagamentos incluindo dos SE (€)	Investimento (€)	Manutenção e Gestão (€)	Investimento (€)	Pagamentos incluindo dos SE (€)
RG1 + RG4	-	-	51	800	-	-	<ul style="list-style-type: none"> € 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha); € 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha (de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha) 	<ul style="list-style-type: none"> Durante 10 anos: PSE € 100/ha.ano em 70% da área; Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano)
RG1 + RG4 + RG6	200	200	51	800	<ul style="list-style-type: none"> Restabelecimento de galeria ripícola em 10% da área a € 2.000/ha 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção da galeria ripícola a 200/ha.ano em 10% da área, durante 10 anos 	<ul style="list-style-type: none"> € 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha); € 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha (de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha) 	<ul style="list-style-type: none"> Durante 10 anos: PSE € 100/ha.ano em 70% da área; Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano)
RG1 + RG6	-	200	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Restabelecimento de galeria ripícola em 10% da área a € 2.000/ha 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção da galeria ripícola a 200/ha.ano em 10% da área, durante 10 anos 	-	-
Mata de proteção	2000	200	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de mata de proteção em 10% da área (€ 2.000/ha) 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção GR a € 200 /ha.ano durante 10 anos em 10% da área 	-	-

Na estimativa de custos não foram incluídos os custos com a Rede Primária de Gestão de Combustível nem os pagamentos Rede Natura, aplicáveis à Superfície Agrícola Utilizada dentro da ZEC Caldeirão, custos que não se encontram associados à transformação da paisagem, uma vez que dizem respeito a condicionantes previamente estabelecidas.

Conforme Quadro 3, estima-se para o cenário de Transição Positiva um custo global de € 50 298 717 para a transição, sendo € 5 975 616 (11,9%) correspondentes a Investimento, € 9 940 784 (19,8%) a Manutenção e Gestão de investimento pelo período de 10 anos e € 34 382 317 (68,4%) a Pagamentos associados a Regimes e à Remuneração dos SE.

Quadro 5 - Custo da transição por tipologia de custo, por ha de área de intervenção e por ha.ano no horizonte do projeto

	Área com Intervenção e financiamento		Área total do PRGP SC	
	Custo/ha	Custo/ha.ano	Custo/ha	Custo/ha.ano
Investimento	172,01 €	17,20 €	106,05 €	10,60 €
Manutenção	286,14 €	28,61 €	176,42 €	17,64 €
Pagamentos	989,68 €	98,97 €	610,18 €	61,02 €
Total (€)	1 447,83 €	144,78 €	892,64 €	89,26 €
Total (ha)	34 741		56 348	

Como indica o Quadro 5, o custo global da transição por ha.ano para a área não incluída na ZEC é estimado em € 89,3, durante o período de 10 anos, sendo o valor do mesmo custo unitário para a Área com Intervenção e Financiamento (34.741 ha) de € 144,8.

Os regimes de transição previstos – RG1 - Regime de Gestão de Combustíveis; RG2 - Regime de gestão dos povoamentos de sobreiro; RG3 - Regime de gestão dos povoamentos de pinheiro-mansão; RG4 - Regime de Gestão Cinegética; RG5 - Regime Silvo-pastoril; RG6 - Regime de Gestão da Floresta Ripícola) – incidem transversalmente, em cada uma das macroestruturas e dos macro sistemas da paisagem, promovendo a adicionalidade na provisão dos serviços dos ecossistemas.

3 ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

3.1 ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DE PAISAGEM (AIGP)

As AIGP, integram no contexto dos PRGP, as Áreas de Intervenção Prioritária, definindo as primeiras, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020 de 24 de junho, na sua redação atual, um modelo de gestão agrupada dirigido a contextos microterritórios específicos, operacionalizado através de OIGP.

Estas visam aumentar a dimensão da área florestal e agrícola gerida, de modo a alcançar uma escala que promova a resiliência aos fogos rurais e a valorização do capital natural, criando condições necessárias ao desenvolvimento e execução das OIGP.

As AIGP são preferencialmente inseridas nos PRGP, com escala adequada para uma gestão ativa e racional, contando com financiamentos à constituição e funcionamento das entidades responsáveis pela administração e gestão das AIGP, mediante a celebração de contratos-programa.

A disponibilização de instrumentos financeiros surge assim como elemento diferenciador do modelo das AIGP, por forma a garantir rentabilidades previsíveis e estáveis a médio prazo, incluindo estes apoios a curto prazo, o financiamento à constituição e funcionamento das entidades responsáveis pela administração e gestão das AIGP, mediante a celebração de contratos-programa.

Na área do PRGP SC não existem de momento AIGP constituídas. No entanto, foi contemplada a proposta de criação da AIGP ZIF Carrasqueiro, no concelho de Loulé, apresentada pela APFSC – Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão. Além desta proposta, foram ainda apontadas duas localizações possíveis para o posicionamento dessas AIGP a criar.

A AIGP ZIF Carrasqueiro possui uma área aproximada de 1.080 ha, parcialmente integrada nas UGP 1 e 4, será localizada entre as povoações de Fornalha, Cabeça da Vaca e Carrasqueiro (concelho de Loulé), abrangendo áreas de Matos, Florestas de sobreiro e Superfícies Agroflorestais (SAF).

Relativamente às restantes AIGP a constituir, a seleção das suas localizações potenciais, prende-se com o facto de serem locais com maior presença humana no contexto da AI e, por isso, com maior potencial para a dinamização do território, e de conseguirem abranger e refletir as várias particularidades do carácter desta paisagem, considerando para isso as UGP em presença.

A AIGP denominada **AIGP A**, integrada na UGP 2a e 2b, poderá vir a localizar-se na envolvente da aldeia de Cachopo (concelho de Tavira), abrangendo uma maior diversidade de ocupações do solo,

tais como Matos, Florestas de sobreiro, Florestas de pinheiro manso e Agricultura, que permitiriam englobar um maior número de intervenções a serem levadas a cabo no âmbito das OIGP, designadamente no que respeita à constituição de mosaicos agrícola heterogêneos e agro-silvo-pastoris.

A AIGP denominada **AIGP B**, integrada na UGP 3, poderá vir a localizar-se na envolventes das aldeias de Parizes, Cabanas e Lajes (concelho de São Brás de Alportel), abrangendo aqui essencialmente área de Matos e Florestas de sobreiro.

Nestas áreas selecionadas para a constituição de AIGP, o Programa concretizará as OIGP nos termos do Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, definindo, no espaço e no tempo, as intervenções de transformação da paisagem de reconversão de culturas e de valorização e revitalização territorial, bem como o modelo operativo, os recursos financeiros e o sistema de gestão e de monitorização a implementar.

Dessa forma, as AIGP constituirão áreas de teste para a aplicação das orientações estratégicas e das ações práticas estabelecidas no presente Programa, em virtude das especificidades territoriais das UGP definidas.

Na figura seguinte são apresentadas as localizações das áreas estabelecidas como potenciais para a criação das AIGP mencionadas.

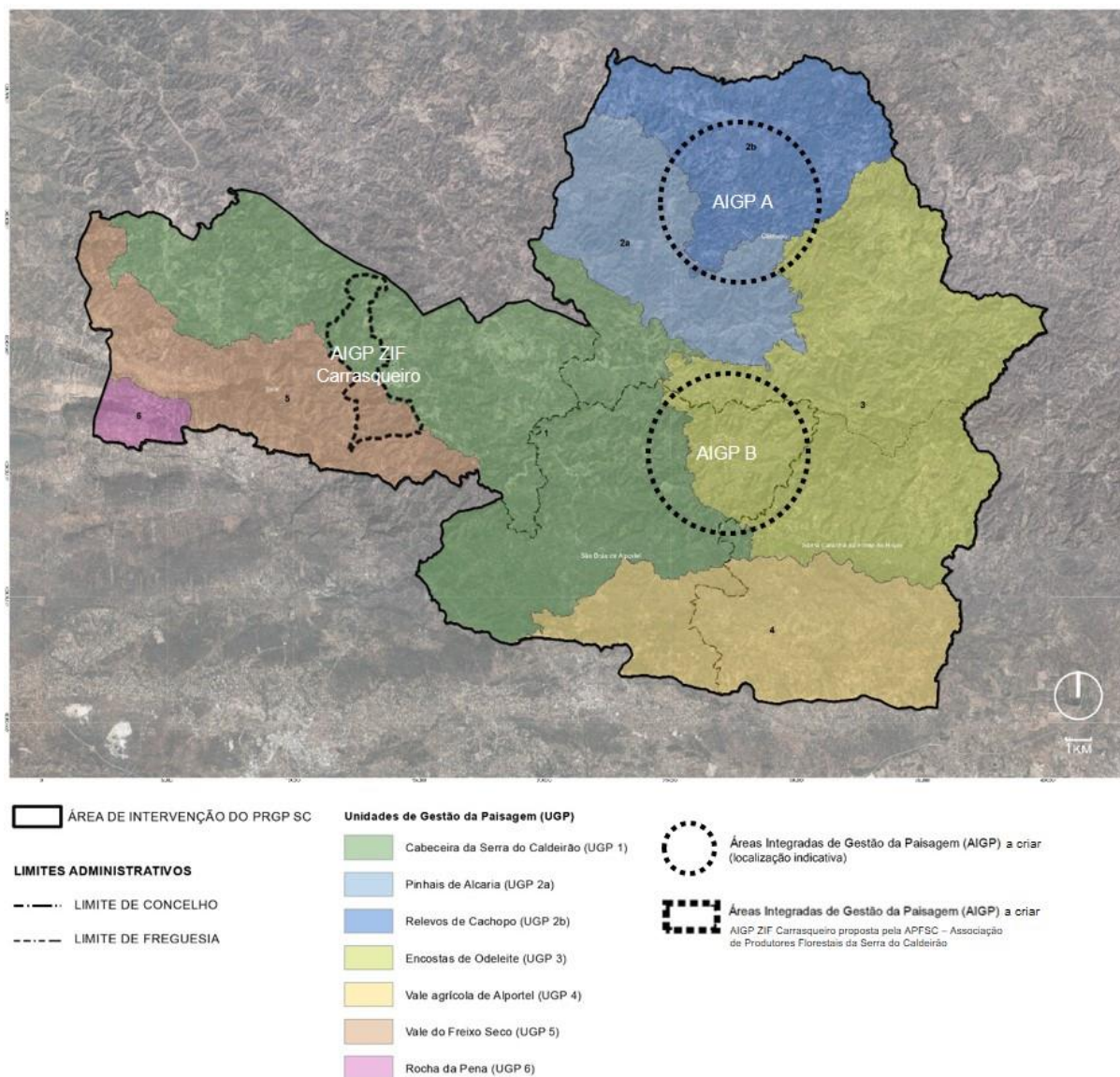


Figura 5 – Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) a criar na área de intervenção do PRGP SC

3.2 SÍNTESE DAS ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS A IMPLEMENTAR

Com o objetivo de operacionalizar a implementação da Proposta do PRGP SC, no horizonte dos próximos 10 anos, apresentam-se no Quadro 6, as áreas e ações prioritárias que foram consideradas mais relevantes na transformação da paisagem, alinhadas com os objetivos do PTP.

Estas ações encontram-se segmentadas entre as Áreas Prioritárias Específicas do PRGP SC e as Ações Complementares a desenvolver no âmbito do PTP e do SGIFR.

Quadro 6 – Áreas e ações prioritárias do PRGP SC

AÇÕES PRIORITÁRIAS ESPECÍFICAS DO PRGP SC		Área (ha)	% da área do PRGP SC	
MACROESTRUTURAS DA PAISAGEM	VEGETAÇÃO RIPÍCOLA	A criar (Plantação) ¹	201,78	0,4%
		Existente (Valorização) ²	675,48	1,2%
	ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL ³	6.191,86	11,0%	
MACRO SISTEMAS ESPECÍFICOS DA PAISAGEM (transformação diferenciadora mais relevante para os objetivos do PTP)	SISTEMAS DE MOSAICOS AGRO-SILVO-PASTORIS E SISTEMAS AGRÍCOLAS ⁴	11.202,23	22,3%	
AÇÕES COMPLEMENTARES NO ÂMBITO DO PTP E SGIFR		Área (ha)	% da área do PRGP SC	
MACROESTRUTURAS DA PAISAGEM	FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) (Rede Primária) ⁵	1.872,14	3,3%	
	FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) (Rede Secundária) - PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS ⁶	1.126,82	2,0%	
	FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) (Rede Secundária) - INTERFACE DE ÁREAS EDIFICADAS (Condomínios de Aldeia) ⁷	2.080,52	3,7%	
AIGP (valor de referência 15% da área do PRGP com novas AIGP)	AIGP a constituir ⁸ (abrange a totalidade dos concelhos e freguesias da área de intervenção)	8.452,23	15,0%	
ÁREA TOTAL DO PRGP SC		56.348,19	100%	

Notas:

¹ Os valores referentes à plantação visam a implantação ou reconstituição de galerias ripícolas nos cursos de água que não possuam galerias ripícolas constituídas ou que possuam galerias ripícolas interrompidas, respetivamente e que integram as principais sub-bacias hidrográficas existentes na área de intervenção, assegurando dessa forma a conectividade ecológica destes corredores. Para a determinação da faixa das galerias ripícolas a implantar, foi adotada uma largura mínima de 12m em cada margem, de acordo com a Orientação Técnica Específica para a operação “Manutenção de galerias ripícolas” enquadrada no PDR 2020 e estabelecida pelo ICNF. Estão integrados troços do Rio Arade, Ribeira de Alportel, Ribeira do Freixo Seco, Ribeira dos Moinhos, Ribeira do Vascanito, Ribeira do Vascão, Ribeira de Vasconcilhos, Ribeira da Fornalha, Ribeira de Odeleite, Barranco de Marrocos, Barranco Grande, Ribeira da Fronteira, Ribeiro do Leiteijo, Ribeira da Foupanilha, Ribeira da Foupana e Ribeirinha (fonte: Massas de água Rios reportadas à Comissão Europeia no âmbito da Diretiva Quadro da Água (DQA), 2.º Ciclo de Planeamento 2015-2021 (PGRH-2) - APA), constantes da Macroestrutura da Paisagem, subtema Áreas e Corredores de Conetividade Ecológica / Vegetação ripícola a criar, bem como dos Macro Sistemas da Paisagem, subtema Vegetação ripícola, ambas presentes na Carta do Desenho da Paisagem Proposto.

² Foram identificadas as áreas de Vegetação ripícola existente a partir da análise da informação referente às Florestas de Outras Folhosas (COS 2018) que acompanham os cursos de água da área de intervenção, com recurso à fotointerpretação dos Ortofotos de 2018 (DGT). Estas áreas constam da Macroestrutura da Paisagem, subtema Áreas e Corredores de Conetividade Ecológica / Corredores Húmidos / Vegetação Ripícola, bem como dos Macro Sistemas da Paisagem, subtema Vegetação ripícola, ambas

constantes da Carta do Desenho da Paisagem Proposto. Foram excluídas desta contabilização as áreas referidas que integram as ZEC e/ou as AEGC definidas (523,25 ha de 1.369,18 ha totais), por forma e evitar a duplicação das mesmas áreas já contabilizadas no ponto anterior.

³ Foram consideradas as Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis (AEGC) definidas no âmbito do PRGP SC, que incluem áreas de Gestão de matos, Mosaico agrícola heterogéneo e Mosaico agro-silvo-pastoril.

⁴ Foram considerados os Sistemas de Mosaicos Agro-Silvo-Pastoris, que incluem as tipologias de ocupação propostas de Mosaico agro-silvo-pastoril e de Matos geridos, bem como os Sistemas Agrícolas no que se refere à tipologia de ocupação proposta dos Mosaicos agrícolas heterogéneos, ambos os sistemas presentes na Carta de Desenho da Paisagem Proposto. Foram excluídas desta contabilização as áreas referidas que integram as AEGC definidas (1.369,18 ha de 12.571,41 ha totais), por forma e evitar a duplicação das mesmas áreas já contabilizadas no ponto anterior.

⁵ Foi considerada a Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (RPFGC) de acordo com a informação disponibilizada pelo ICNF.

⁶ Foram consideradas as Faixas de Gestão de Combustível (Rede Secundária) associadas à Rede Viária Florestal (faixa de proteção de 10m) e infraestrutura de distribuição e transporte de energia elétrica em média (faixa de proteção de 7m), alta tensão (faixa de proteção de 10m) e muito alta tensão (faixa de proteção não inferior a 10m), integradas nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) dos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira (fonte: Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível (RDFGC) – PMDFCI Loulé, São Brás de Alportel e Tavira - ICNF).

⁷ Foram consideradas Faixas de Gestão de Combustível associadas às faixas de proteção na envolvente de aglomerados populacionais (faixa de 100m) e de edificações integradas em espaços rurais (faixa de 50m). A informação de base para a determinação destas faixas foi a carta das Áreas Edificadas (2018), disponibilizada pela DGT e a informação contemplada nos PMDFCI em vigor quanto à classificação de aglomerados e edificações. Desta forma, foi possível estimar as faixas de proteção a esses aglomerados e edificações que incluem as interfaces urbano-rurais diretas e indiretas (fonte: Áreas Edificadas 2018 – DGT e PMDFCI Loulé, São Brás de Alportel e Tavira - ICNF).

⁸ Foi considerada a proposta de criação da AIGP ZIF Carrasqueiro, que possui uma área de 1.080,95ha. No entanto, a área total para o desenvolvimento de AIGP no território do PRGP SC, segue o valor de referência de 15% da área total do Programa. Desta forma, a diferença de área resultante entre esse valor de referência e a área atribuída à AIGP ZIF Carrasqueiro, deverá ser repartida pelas restantes AIGP a constituir.

3.3 PLANTA DO DESENHO DA PAISAGEM PROPOSTO – ÁREAS PRIORITÁRIAS

Na figura seguinte encontra-se representado o Desenho da Paisagem Proposto – Áreas Prioritárias, para a área de intervenção do PRGP SC.

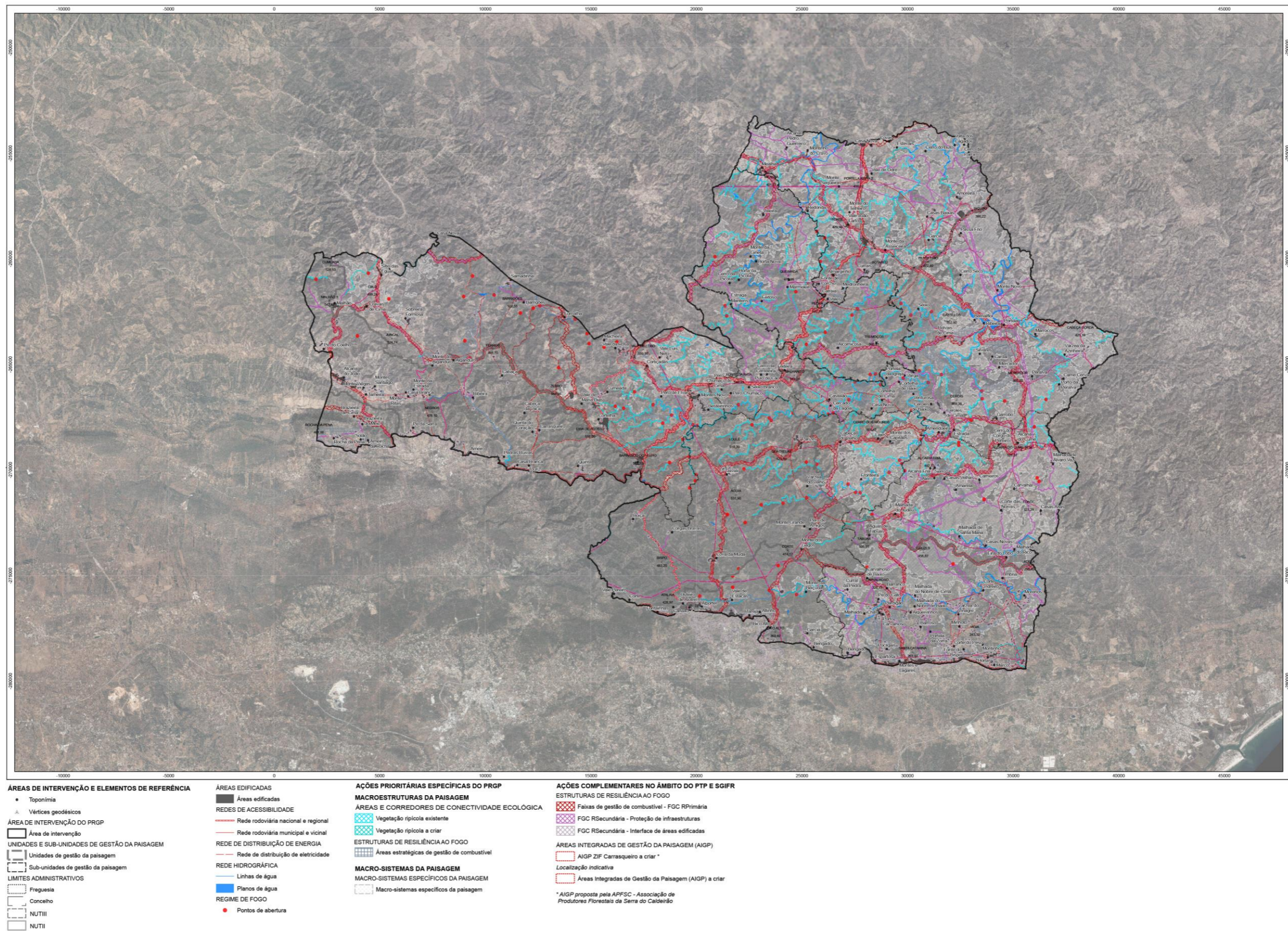


Figura 6 – Desenho da Paisagem Proposto – Áreas Prioritárias para a área de intervenção do PRGP SC

III. IMPLEMENTAÇÃO DO PRGP SC

De uma forma geral, o PRGP SC procura a compatibilização com os demais IGT em vigor, enquadrando as políticas e as orientações constantes dos mesmos, definindo as normas e diretrizes para a transformação da paisagem a incorporar nos planos territoriais (em particular nos PDM), a transpor e aplicar nos programas territoriais (como o PROF Algarve e SGIFR) e para os instrumentos de financiamento elegíveis.

No que se refere ao PROF Algarve, o PRGP SC incorpora na sua estratégia e no seu Desenho da Paisagem Proposto, as opções de ordenamento florestal, as aptidões florestais e as funções gerais dos espaços florestais, bem como as espécies florestais a privilegiar nas sub-regiões homogéneas “Barrocal”, “Nordeste” e “Serra do Caldeirão” integradas na área de intervenção do mesmo.

Desta forma, o PRGP SC não identifica alterações ao PROF Algarve decorrentes da sua proposta, definindo, no entanto, diretrizes de transposição deste programa para os PDM.

No que se refere aos PDM, o PRGP SC define as diretrizes a incorporar nestes instrumentos, por forma a auxiliar a integração dos macro sistemas da paisagem, definidos no Desenho da Paisagem Proposto, nos conteúdos regulamentares das diferentes categorias de espaço rústico (espaços agrícolas, florestais e naturais e paisagísticos), no que se refere à ocupação, uso e aproveitamento do solo.

4 DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO

Atendendo ao papel que desempenha no quadro de interação coordenada no sistema de gestão territorial, o PRGP SM estabelece diretrizes e normas que irão vincular diretamente todas as entidades públicas, sem prejuízo de vincularem direta e imediatamente os particulares, relativamente às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, como disposto n.º 2 do Artigo 7.º do RJRP e no n.º 3 do Artigo 3.º do RJIGT.

Esse conteúdo normativo é estruturado segundo Diretrizes de Planeamento e Gestão que se dividem em:

1. Diretrizes de Planeamento e Gestão

- a) Diretrizes a incorporar nos Planos Diretores Municipais (PDM), associadas à transposição, intervenção e gestão das macroestruturas e macro sistemas da paisagem;
- b) Diretrizes de transposição/aplicação do PROF Algarve e do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR);

- c) Diretrizes a articular com o Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR) e os Planos de Gestão Florestal (PGF);
- d) Diretrizes para os Instrumentos de Financiamento.

2. Orientações para a transformação da paisagem.

4.1.1 Diretrizes de Planeamento e Gestão

O PRGP SC visa a transformação da paisagem através de ações que promovam a resiliência do território aos riscos de incêndio e que criem simultaneamente uma nova economia para o território de baixa densidade que abrange, definindo para tal as diretrizes a integrar nos processos de alteração e revisão dos PDM dos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira.

4.1.1.1 Diretrizes a incorporar nos PDM

Considerando a Organização do Desenho da Paisagem Proposto do PRGP SC (macroestruturas e macro sistemas da paisagem) e as Áreas e Ações Prioritárias, sistematizam-se em seguida as principais diretrizes de importância estratégica para o reordenamento do solo rústico nos PDM, designadamente:

D1. As macroestruturas da paisagem definidas no Desenho da Paisagem do PRGP SC devem ser consideradas na planta de ordenamento dos PDM dos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira, atribuindo-lhe uma qualificação do solo compatível com as funções de conectividade ecológica e/ou de resiliência ao fogo, conforme definido no PRGP SC. As áreas e corredores de conectividade ecológica preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SC devem também ser integradas nas respetivas Estruturas Ecológicas Municipais.

D1.1. Para as áreas e corredores da conectividade ecológica preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SC, o regulamento dos PDM deve contemplar para as categorias de solo rústico:

- A arborização de espécies nativas melhoradoras do solo (revoluções longas), bem como técnicas de engenharia natural, tendo em vista o controlo da erosão nas bacias hidrográficas, em particular nas zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvimento de cursos de água de regime torrencial.
- A valorização da rede hidrográfica e a continuidade das galerias ripícolas associadas.

D1.2. Para as outras estruturas da paisagem associadas à resistência e resiliência ao fogo preconizadas no Desenho da Paisagem do PRGP SC, os PDM devem integrar as estratégias complementares da gestão dos regimes de fogo e as servidões associadas.

D2. Os macro sistemas definidos no Desenho da Paisagem e presentes na matriz de transição do PRGP SC devem ser considerados no conteúdo regulamentar das diferentes categorias de espaço do solo rústico dos PDM (em particular nos regimes de uso do solo aplicáveis aos espaços agrícolas, florestais e naturais e paisagísticos), adaptados à escala do planeamento municipal com base em critérios técnicos de maior detalhe (salvaguardando as especificidades territoriais e da paisagem, nomeadamente a utilização de muros de pedra seca ou sebes na limitação das parcelas, estruturas de valorização da paisagem e de descontinuidade à propagação do fogo, ou o património arquitetónico, p.e.).

D2.1. Para os sistemas florestais preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SC, os PDM devem integrar normas nas respetivas categorias de solo rústico (em particular para os espaços florestais) que garantam:

- Erradicação de florestas de espécies invasoras, transformando estas áreas em mata de proteção e contribuindo para o mosaico com áreas abertas.
- Melhoria da vitalidade e da produtividade dos povoamentos de quercíneas existentes.
- Transformação de florestas de pinheiro-bravo, no termo da sua exploração, em culturas permanentes nos locais compatíveis, quando implantadas em áreas com declives inferiores a 30%.
- Proteção de florestas de pinheiro-manso, assegurando as funções de proteção do solo e da água, permitindo a eventual diversificação produtiva.
- Promoção da gestão integrada das propriedades por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos.
- Gestão das populações de espécies cinegéticas, considerando o seu potencial na gestão de combustíveis.

D2.2. Para os sistemas agrícolas preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SC, os PDM devem para as categorias de solo rústico (em particular para os espaços agrícolas):

- Expandir as áreas de agricultura para áreas inseridas na Reserva Agrícola Nacional (RAN), para áreas contíguas a parcelas existentes e com potencial agrícola e para as áreas afetas aos aproveitamentos hidroagrícolas;
- Potenciar a criação de mosaicos agrícolas heterogéneos, através da reconversão de áreas de matos com declives inferiores a 30% e integradas em Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis (AEGC);
- Promover a gestão integrada das propriedades por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos;

- Condicionar a expansão de culturas regadas de exploração intensiva.

D2.3. Para os sistemas de mosaicos agro-silvo-pastoris preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SC, os PDM devem para as categorias de solo rústico:

- Reconverter áreas de matos em mosaicos agro-silvo-pastoris, integradas em Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis (AEGC) e com potencial para tal;
- Reconverter áreas de matos com declive inferior a 30% em mosaicos agro-silvo-pastoris, constituídos por áreas heterogéneas de matos geridos, culturas permanentes e áreas abertas, contribuindo para a o fomento da pecuária de pequenos ruminantes, sendo que esta reconversão deve privilegiar áreas com declive inferior a 20%;
- Manter as áreas de pastagens existentes e expandir as mesmas para áreas de matos com declive inferior a 30%, contribuindo para o fomento da pecuária de pequenos ruminantes;
- Instalar novas culturas em solos com melhor aptidão agrícola;
- Promoção da gestão integrada das propriedades por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos.
- Gestão das populações de espécies cinegéticas, considerando o seu potencial na gestão de combustíveis.

D2.4. Para os macro sistemas específicos da paisagem preconizados no PRGP SC, os PDM devem, para as categorias de solo rústico, promover a constituição dos mosaicos agro-silvo-pastoris, dos mosaicos agrícolas heterogéneos e a gestão das áreas de matos mediante promoção de fogos controlados e/ou de gestão, pastoreio e cortes seletivos, contribuindo desta forma para a constituição do mosaico com áreas abertas.

D2.5. Os PDM devem ainda para as categorias de solo rústico:

- Garantir o reforço das galerias ripícolas existentes com espécies autóctones, o controlo da propagação de espécies invasoras e a constituição de galerias ripícolas ao longo dos corredores hídricos estruturantes.
- Revitalizar os aglomerados populacionais por forma a promover a dinamização do território e a fixação de pessoas.
- Controlar o crescimento do povoamento disperso, prevenindo a ocupação de áreas de elevado risco de fogos rurais.
- Estruturar a rede de percursos pedestres enquanto ativo turístico e económico, por forma a desenvolver atividades associadas ao turismo de natureza.
- Prever a recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural.

D3. Nas áreas identificadas como gestão de matos integradas nas AEGC, os PDM devem prever o uso e transformação do solo rústico compatível com as funcionalidades associadas a sistemas culturais de resiliência ao fogo.

- D4.** Os PDM devem prever a regulamentação adequada à revitalização dos aglomerados urbanos como estruturas organizadoras da paisagem, dando resposta à ponderação do seu papel no sistema urbano municipal e à salvaguarda dos seus elementos singulares como fatores diferenciadores da paisagem.
- D5.** Os PDM devem acautelar a regulamentação de atividades admitidas em solo rústico de suporte à economia rural, permitindo a instalação de estruturas necessárias à recriação de mosaicos agro-silvo-pastoris, mosaicos agrícolas heterogéneos e mosaicos florestais, como abertura de pontos de água para acumulação de águas à superfície, a instalação de pequenas centrais de compostagem para aproveitamento dos resíduos florestais e produção de composto.
- D6.** Os PDM devem acautelar a regulamentação necessária, por forma a interditar o depósito de madeiras e outros produtos resultantes de exploração florestal ou agrícola, de outros materiais de origem vegetal e de produtos altamente inflamáveis, no interior ou nos 20 m contíguos das faixas de gestão de combustível.

4.1.1.2 Diretrizes de transposição/aplicação do PROF Algarve e SGIFR

Atendendo ao papel do PRGP SC no reordenamento da paisagem rústica, em particular da ocupação e utilização dos espaços florestais, importa assegurar a sua articulação setorial e temática com o PROF Algarve e o SGIFR, designadamente:

- D7.** O PRGP SC orienta as Câmaras Municipais na transposição orientações do PROF Algarve para os PDM dos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira, devendo a qualificação do solo rústico identificar e salvaguardar mosaicos de usos.
- D7.1.** Os PDM devem assegurar nas categorias de solo rústicos, as funções gerais a desenvolver nos espaços florestais e as espécies florestais a privilegiar nas sub-regiões homogéneas “Serra do Caldeirão”, “Barrocal” e “Nordeste” previstas no PROF Algarve, tal como considerado no Desenho da Paisagem Proposto do PRGP SC.
- D7.2.** As normas de silvicultura e gestão estabelecidas no PROF Algarve devem ser consideradas na disciplina de ocupação e utilização do solo rústico definida pelos PDM e nas atividades a desenvolver nestes espaços.
- D8.** O desenho da rede primária de Faixas de Gestão de Combustível, no que se refere à sua evolução ou afinamento, concretiza-se no âmbito do SGIFR atendendo aos objetivos do PRGP SC,

designadamente no que se refere ao desempenho de resiliência ao fogo e das funções ecológicas da macroestrutura da paisagem.

D9. A área de intervenção das AEGC pode ser ajustada em função dos instrumentos do SGIFR, devendo os PDM de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira, prever usos compatíveis, privilegiando o uso agrícola, agro-silvo-pastoril e de pastagens ou áreas abertas que contribuam para a criação de descontinuidades e criação de orlas verde/verde.

4.1.1.3 Diretrizes de articulação com o Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR) e os Planos de Gestão Florestal (PGF)

A aplicação do PRGP SC deve estar articulada com o RJAAR e com os PGF, quando existirem, no que se refere às ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, devendo ser considerado que:

D10. Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, independentemente da dimensão da área de intervenção da ação e tendo em conta a arborização envolvente, deve garantir-se a descontinuidade nos povoamentos monoespecíficos e equiênicos, através da gestão dos cortes e de redes (faixas de gestão de combustível, rede divisional, usos do solo com baixa perigosidade de incêndio rural, linhas de água temporárias ou permanentes e respetivas faixas de proteção, entre outros).

D11. Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, deve igualmente garantir-se a identificação e intervenção adequada nos pontos de abertura de incêndio, numa área de raio mínimo de 125m (correspondente à largura mínima da rede primária), sendo que em cada intervenção no local deve ser avaliada em função da sensibilidade ou especificidade:

- a) Quando localizados exclusivamente em vales com habitats ripícolas, as intervenções a realizar incidem sobre a estrutura vertical dos combustíveis e no aumento da superfície com vegetação herbácea.
- b) Quando localizados em zonas de encosta, a intervenção visa a obtenção de um mosaico com as seguintes características:
 - i) mais de 30 % da superfície com vegetação herbácea;
 - ii) máximo de 30 % da superfície ocupada por matagal;
 - iii) máximo de 60 % da superfície ocupada com a soma das superfícies de matagal e povoamentos florestais deduzidos dos povoamentos de espécies ripícolas;
 - iv) no mínimo 50 % das orlas devem incluir zonas abertas.

D12. Nas áreas com declive superior a 25 % qualquer projeto de arborização ou rearborização deve assegurar a manutenção de zonas abertas, em mosaico, em pelo menos 15 % da superfície e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições:

- a) Baseado em atividades como a silvo pastorícia e/ou gestão cinegética, desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível;
- b) Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação;
- c) Uma combinação eficaz das alíneas anteriores.

4.1.1.4 Diretrizes para os Instrumentos de Financiamento

Atendendo à execução do PRGP SC, no âmbito deste Programa são definidas diretrizes para alguns dos possíveis Instrumentos de Financiamento, tendo em vista orientar os financiamentos das ações nele preconizadas, designadamente:

D13. As operações apoiadas pelo PEPAC devem atribuir coeficientes de majoração nas áreas abrangidas pelo PRGP SC, incentivando as ações relativas ao aumento atividade agrícola, às boas práticas agrícolas e florestais, às ações de gestão ativa certificada do território, ao aumento da silvo pastorícia e da fileira agropecuária associada e às áreas de pastagens permanentes.

D14. As ações apoiadas pelo Programa Regional do Algarve devem atribuir coeficientes de majoração à valorização ambiental e gestão polivalente das áreas florestais, às ações de gestão ativa certificada do território e às intervenções nos aglomerados rústicos que contribuam para a valorização do património cultural como fator de desenvolvimento e dinamização económica.

D15. Os financiamentos que tenham lugar em solos integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN), devem prever a discriminação de incentivos a conceder aos proprietários que promovam uma gestão ativa para a sua conservação e continuidade do desempenho das funções ecológicas.

4.1.2 Orientações para a transformação da paisagem

Para além das diretrizes de planeamento e gestão foram ainda estabelecidas orientações para a transformação da paisagem que visam a gestão ativa do solo e são aplicáveis à totalidade da área do PRGP SC, podendo ser replicáveis à totalidade da unidade homogénea.

Estas orientações têm, para a área de intervenção, relação direta com práticas culturais a promover, ações de gestão da biomassa, ações de defesa contra incêndios, ações de gestão da propriedade,

entre outras, passíveis de serem integradas em regulamentos administrativos nacionais e municipais e aplicáveis em decisões administrativas.

De seguida são sistematizadas as orientações para a transformação da paisagem estabelecidas no PRGP SC:

- O1.** Assegurar que a gestão do território da área do PRGP SC aplica os regimes de gestão preconizados no mesmo, nomeadamente o Regime de Gestão de Combustíveis, o Regime de Gestão dos Povoamentos de Sobreiro, o Regime de Gestão dos Povoamentos de Pinheiro-Manso, o Regime de Gestão Cinegética, o Regime Silvo-Pastoril e o Regime de Gestão da Floresta Ripícola.
- O2.** Valorizar o património natural e cultural enquanto ativo territorial e produto turístico, garantindo a execução e cumprimentos das normas de gestão aplicáveis (Plano de Gestão das ZEC Caldeirão e Barrocal e da ZPE Caldeirão).
- O3.** Valorizar os produtos endógenos e tradicionais (cortiça, medronho, mel, alfarroba, etc.) e promover a cerâmica de construção tradicional, viabilizando a sua dinamização através de apoios e subsídios a atividades económicas de pequena escala.
- O4.** Recuperar e valorizar o património histórico e cultural, tendo em vista a sua visitação e usufruto.
- O5.** Incrementar e apoiar as atividades turísticas (turismo de natureza, cinegético, científico e criativos e das atividades desportivas), tradicionais e gastronómicas.
- O6.** Estruturar a rede de rotas pedestres existentes, enquanto ativo turístico e económico a promover e valorizar.
- O7.** Estruturar e melhorar a oferta de produtos turísticos, apostando na sua divulgação.
- O8.** Promover o regime silvo-pastoril através de incentivos ao investimento, manutenção da atividade e remuneração de serviços dos ecossistemas.
- O9.** Promover ações de capacitação em técnicas de silvo-pastorícia (prevenção dos fogos rurais, produção pecuária e pastoreio e proteção da regeneração do sobreiro, azinheira e espécies arbóreas ripícolas, assim como de matos compostos por vegetação autóctone, essenciais à manutenção da biodiversidade).
- O10.** Apoiar a gestão de populações cinegéticas, em particular do veado, do coelho-bravo pela necessidade de fomento da população do linco ibérico e do javali pela necessidade de controlo da população cinegética.
- O11.** Promover ações de capacitação nas formas de aproveitamento e gestão da biomassa.
- O12.** Promover incentivos junto das entidades gestoras e proprietários para aproveitamento e gestão da biomassa.
- O13.** Promover a articulação com as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) existentes no território, para a melhoria da gestão e valorização da floresta.
- O14.** Revitalizar e expandir mosaicos agrícolas heterogéneos, promovendo a diversidade de usos em função, em áreas com potencial agrícola.

- O15.** Realizar intervenções no terreno, incorporando as Faixas de Gestão de Combustível e Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis estabelecidas de acordo com o enquadramento dado pelo Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro (Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais), garantindo a gestão ativa das mesmas, nomeadamente no que se refere às redes de defesa e ao uso do fogo.
- O16.** Promover a capacitação das entidades gestoras e dos proprietários na operacionalização do regime de gestão do fogo, para a sua efetiva articulação, no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e com o ICNF na concretização das ações previstas.
- O17.** Promover ações de capacitação e de sensibilização das entidades gestoras e proprietários de parcelas confinantes para as vantagens do emparcelamento.
- O18.** Promover incentivos junto das entidades gestoras e proprietários para as ações de gestão agregadas das propriedades rústicas.
- O19.** Promover o restauro ecológico e a continuidade das galerias ripícolas, utilizando nas novas plantações espécies autóctones conforme previsto no PROF Algarve.
- O20.** Controlar a presença e propagação de espécies exóticas e espécies invasoras em galerias ripícolas e núcleos arbóreos e arbustivos.

5 PROGRAMA DE EXECUÇÃO E GOVERNANÇA

O Programa de Execução e Governança estabelece a programação da transformação no horizonte temporal de 10 anos, discriminando as ações previstas, respetiva estimativa de investimento, os atores chave envolvidos e as fontes de financiamento.

O financiamento previsto no Quadro 7 para as Ações Prioritárias Específicas do PRGP SC integra uma componente de investimento, necessário à transformação da paisagem, e uma componente relativa ao valor mínimo previsto para pagamentos de manutenção e de remuneração dos serviços dos ecossistemas.

O financiamento previsto para as Ações Complementares no Âmbito do PTP e do SGIFR integra a estimativa total os custos necessários à execução das ações, os quais serão apenas conhecidos e discriminados por tipologias quando forem definidas e aprovadas as OIGP.

A programação da execução das ações tem em consideração a necessidade de contribuir para a avaliação a ser efetuada de 4 em 4 anos, nos termos do Capítulo VIII do RJIGT, materializada num Relatório de Estado do Ordenamento do Território.

O Programa de Execução do PRGP SC integra o Quadro de Financiamento, com os respectivas Fontes de financiamento por tipologia de apoios (Quadro 7), o Quadro global de financiamento das áreas e ações prioritárias do PRGP SC (Quadro 8) e os Montantes totais e por financiamento (período de 10 anos) (Quadro 9).

Quadro 7 – Fontes de financiamento por tipologia de apoios

Tipologias de apoios	PRR	FEADER	FEDER	Fundo Ambiental
Investimentos necessários à transformação da paisagem	X	X	X	X
Manutenção, gestão e remuneração dos serviços dos ecossistemas		X		X

Quadro 8 – Quadro global de financiamento das áreas e ações prioritárias do PRGP SC

ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS DO PRGP SC					MODALIDADES DE FINANCIAMENTO			
AÇÕES PRIORITÁRIAS ESPECÍFICAS DO PRGP SC			Área (ha)	% da área do PRGP SC	PRR	FEADER	FA	TOTAL
MACROESTRUTURAS DA PAISAGEM	VEGETAÇÃO RIPÍCOLA	A criar (Plantação)	201,78	0,4%	-	807 120,00 €	-	807 120,00 €
		Existente (Valorização)	675,48	1,2%	-	-	1 351 000,00 €	1 351 000,00 €
	ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL		6.191,86	11,0%	7 349 904,00 €	-	-	7 349 904,00 €
MACRO SISTEMAS ESPECÍFICOS DA PAISAGEM (transformação diferenciadora mais relevante para os objetivos do PTP)	SISTEMAS DE MOSAICOS AGRO-SILVO-PASTORIS E SISTEMAS AGRÍCOLAS		11.202,23	19,9%	-	6 166 827,62 €	6 166 827,62 €	12 333 655,23 €
AÇÕES COMPLEMENTARES NO ÂMBITO DO PTP E SGIFR			Área (ha)	% da área do PRGP SC	PRR	FEADER	FA	TOTAL
MACROESTRUTURAS DA PAISAGEM	FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) (Rede Primária)		1.872,14	3,3%	1 731 729,50 €	-	-	1 731 729,50 €
	FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) (Rede Secundária) - PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS		1.126,82	2,0%	450 728,00 €	-	-	450 728,00 €
	FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) (Rede Secundária) - INTERFACE DE ÁREAS EDIFICADAS (Condomínios de Aldeia)		2.080,52	3,7%	832 208,00 €	-	-	832 208,00 €
AIGP a constituir (valor de referência 15% da área do PRGP com novas AIGP)	Capacitação e programação da OIGP		8.452,23	15,0%	180 000,00 €			
	Desenvolvimento da OIGP				6 000 000,00 €			
TOTAL					16 544 569,50 €	6 973 947,62 €	7 517 827,62 €	31 036 344,73 €

Quadro 9 – Montantes totais e por fonte de financiamento

	2024	2025	2026	2026-2033	TOTAL
Financiamento Nacional	500 000,00 €	620 000,00 €	620 000,00 €	5 750 000,00 €	7 490 000,00 €
Financiamento Europeu	3 280 000,00 €	4 280 000,00 €	5 640 000,00 €	10 580 000,00 €	23 720 000,00 €
<i>Total</i>	<i>3 780 000,00 €</i>	<i>4 900 000,00 €</i>	<i>6 260 000,00 €</i>	<i>16 330 000,00 €</i>	<i>31 210 000,00 €</i>

O Programa de Governança inclui ainda os indicadores de execução financeira, organizacional e territorial, apresentados no Quadro 10.

Quadro 10 – Programa de Governança e respetivos indicadores de execução financeira, organizacional e territorial

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Meta	Fonte	Responsável
GOVERNANÇA						
Execução Financeira	Taxa de execução do quadro financeiro aprovado para o PRGP SC (€)	Input	Anual	Aplicação dos apoios Multifundos (FEADER e Fundo Ambiental) e da PAC 2023-2027	Relatórios de monitorização da aplicação dos apoios	
	Volume de financiamento (por fundo e/ou mecanismo de financiamento) aplicado na área de intervenção do PRGP SC e respetivas atividades de transformação e manutenção da paisagem	Input	Anual			
	Área abrangida por financiamento dos serviços dos ecossistemas	Input	Anual			
Organizacional	Ações de capacitação e de sensibilização de atores locais* (N.º)	Input	Anual	Cumprimento dos efeitos esperados “Reforço da capacitação técnica das instituições e dos agentes na gestão do território” e “Aumento da qualificação em competências digitais e competências sectorialmente e territorialmente especializadas” cf. PNPOT (até 2030)	DGT, AGIF/SGIFR e Municípios	Fórum Intersetorial
	Atores que beneficiaram de ações de capacitação e de sensibilização* (N.º)	Output	Anual			
Territorial	Áreas emparceladas ou agregadas* (ha)	Output	Trienal	Cumprimento do efeito esperado “Incremento do conhecimento sobre os limites da propriedade e dos seus proprietários” relativas à medida de ação “Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030)	DGT e IFAP - Parcelário	

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Meta	Fonte	Responsável
Territorial	AIGP implementadas por fase (N.º)	Output	Anual	3 AIGP	DGT, AGIF/SGIFR, ICNF e Municípios	
	Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) (N.º e extensão em ml)	Output	Anual	---		
	Áreas com gestão associativa/agregada (ha)	Output	Anual	Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030)		

* Indicadores comuns ao Programa Seguimento da AAE

6 PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

A implementação do PRGP SC, em particular das áreas e ações prioritárias consideradas mais relevantes na transformação da paisagem, deve ser acompanhada desde o início pela definição e operacionalização de um programa de monitorização e avaliação que possibilite a análise dos resultados alcançados, face aos objetivos definidos, no horizonte temporal de 10 anos.

O modelo de acompanhamento, reporte e medição dos resultados do PRGP SC, previsto no Anexo I do diploma que publica o regime jurídico da reconversão da paisagem, que assenta no chamado modelo lógico de avaliação, preconiza que a avaliação e acompanhamento de um programa deve compreender a avaliação dos inputs, ou seja do esforço realizado na sua implementação (e.g. recursos financeiros alocados), outputs, que se referem aos resultados das atividades/ações realizadas (e.g. área florestada) e outcomes ou impactes, que medem os efeitos dessas ações (e.g. redução do risco de erosão).

Para além do acompanhamento e medição da execução do Programa, suportados nos indicadores de Governança, considerados na Parte VI do Relatório do Programa, são estabelecidos os indicadores de monitorização e de avaliação dos resultados para as 3 grandes áreas temáticas definidas, que se alinham com os objetivos principais da Proposta do PRGP SC:

- **Resiliência do território**, mediante a redução da sua vulnerabilidade aos fogos rurais;
- **Valorização do território**, promovendo a valorização da aptidão dos solos e a melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas;
- **Impulsionar uma nova economia**, através do aumento do valor dos ativos territoriais e da dinamização da economia.

No Quadro 11 apresentam-se os indicadores selecionados para cada uma destas áreas temáticas, segundo o modelo input-output-outcome e estabelecidos, sempre que adequado, em articulação com indicadores do Programa de Seguimento da Avaliação Ambiental ao PRGP SC, indicando ainda a periodicidade de recolha, a fonte e os responsáveis pelo apuramento e verificação.

O Fórum Intersetorial, coordenado pela DGT, tem a competência de efetuar a monitorização do PRGP SC, sendo também responsável por compilar os dados oriundos de fontes já existentes e promover ações para obtenção dos dados ainda não monitorizados, interagindo com as entidades relevantes em cada setor.

Propõe-se ainda que o acompanhamento do PRGP SC seja assegurado por parte de todos os representantes e entidades, sem prejuízo do disposto no PTP, alargando este processo a outros atores de âmbito local e regional, identificados durante a elaboração do Programa como tendo um papel efetivo na atual dinâmica do território e na potencial transformação da paisagem.

Quadro 11 – Monitorização e avaliação da implementação do PRGP SC

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Situação de Referência (SR) / Meta (M)	Fonte	Responsável
RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO						
Fogos rurais	Área ardida (ha)	Output	Anual	SR - 30.708,48ha área ardida (últimos 20 anos)	ICNF	Fórum Intersetorial
	Área ardida por fogos superiores a 1000 ha* (ha)	Impacte	Anual	M - Diminuição em 100% da área afetada por fogos que se propagam em áreas contínuas superiores a 1000 ha, cf. PRGP SC	DGT - COS DGT, AGIF, ICNF e Municípios	
	Área ardida em macroestrutura da paisagem (ha)	Output	Anual	---	ICNF e DGT	
	Área ardida por uso da COS (ha)	Output	Anual	SR – 2004 a 2022 (COS): 759,43ha áreas agrícolas; 150,11ha pastagens; 498,22ha azinheira; 15611,60ha sobreiro; 94,07ha eucalipto; 1030,65ha outras folhosas; 439,85ha pinheiro bravo; 2244,38ha pinheiro manso; 10002,30ha matos	ICNF e DGT-COS	
	Reincidência de áreas ardidas (ha)	Output	Anual	---	ICNF	
	Áreas classificadas como alta e muito alta perigosidade de fogo rural* (%), cf. cartografia ICNF	Output	Anual	SR - alta perigosidade em 29.057ha e muito alta perigosidade em 5.815ha M- Redução de 25% da área classificada como alta e muito alta perigosidade de fogo rural	ICNF	
	Área ardida reabilitada de acordo com o desenho da paisagem (ha)	Impacte	Anual	M - Intervenções em 50% da área afetada por incêndios rurais superiores a 1000 ha (e.g., estabilização de emergência, cortes, re-arborizações)	DGT-COS AGIF, ICNF e Municípios	
Gestão estratégica de combustíveis	Fogos de Gestão Classificados (N.º)	Output	Anual	---	DGT, AGIF, ICNF e ANEPC	
	Área ardida por Fogos de Gestão (ha)	Output	Anual	---	DGT, AGIF, ICNF e ANEPC	

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Situação de Referência (SR) / Meta (M)	Fonte	Responsável
Gestão estratégica de combustíveis	Área de fogo controlado executada (ha)	Output	Anual	---	DGT, AGIF, ICNF	Fórum Intersetorial
	Perímetro de incêndios contidos nos mosaicos e faixas de gestão de combustível	Impacte	Decenal	M - 30% da área foi efetivamente extinta em mosaicos e faixas de gestão de combustível	DGT – COS, AGIF, ICNF e Municípios	
	Área de mosaicos agrícolas, silvo-pastoris e de áreas abertas criados* (ha)	Output	Trienal	M - 15.251,25 ha de mosaicos criados, cf. PRGP SC	DGT - COS	
	Área de florestas de sobreiro, azinheira e SAF valorizadas* (ha)	Output	Trienal	M - 13.611,29 ha de floresta valorizada, cf. PRGP SC	DGT - COS	
	Áreas emparceladas ou agregadas* (ha)	Output	Trienal	M - Cumprimento do efeito esperado “Incremento do conhecimento sobre os limites da propriedade e dos seus proprietários” relativas à medida de ação “Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030)	Sistema Nacional de Informação Cadastral – DGT Sistema de Identificação Parcelar - IFAP	
Área afetada por incêndios rurais	Transições floresta-mato na sequência de incêndios rurais	Impacte	Decenal	M - Menos de 10% das áreas arborizadas transitam para matos em resultado de incêndios rurais	DGT – COS, DGT, ICNF, AGIF e Municípios	
	Perímetro de incêndios contidos nos mosaicos e faixas de gestão de combustível	Impacte	Decenal	M - 30% da área foi efetivamente extinta em mosaicos e faixas de gestão de combustível		
	Danos e prejuízos causados por incêndios rurais	Impacte	Anual	M - Ausência de fatalidades e danos causados em edificado de 1ª habitação		

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Situação de Referência (SR) / Meta (M)	Fonte	Responsável
Proteção de pessoas e bens	Condomínios de aldeia (N.º)	Output	Anual	---	DGT e Municípios	
	Área de Rede Primária Executada (ha)	Output	Anual	M - 2.913,48 ha de Rede Primária, cf. PRGP SC	DGT, ICNF, AGIF	
VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO						
Regulação hidrológica e controlo de erosão	Extensão de linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas ou valorizadas* (ha)	Output	Trienal	M - 1.400,51 ha de linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas ou valorizadas Cumprimento da meta relacionada com a “Manutenção e recuperação das galerias ribeirinhas” cf. ENF2030	DGT _ COS, Plataforma SNIRH ICNF, APA, Municípios	Fórum Intersetorial
	Pontos de água superficial (N.º)	Output	Trienal	SR – 147 pontos	APA	
	Taxa de perda de solo (%)	Impacte	Trienal	M - Cumprimento das metas definidas no P-3AC e no PIAAC AMAL	Plataforma SNIAmb Portal do Clima	
	Área intervencionada com ações para a minimização da erosão do solo* (ha)	Impacte	Trienal		ICNF, APA, Municípios	
Biodiversidade	Indicador de vitalidade dos povoamentos de sobreiro (conforme IFN)	Impacte	Trienal	M - A definir depois de diagnóstico (>80% “Bom”)	DGT - COS	
	Áreas de regime de gestão cinegética – RG4 (ha)	Output	Anual	---	Entidades gestoras de AIGP, outras Entidades gestoras de zonas de caça	
	Riqueza e abundância de aves nidificantes	Impacte	Anual	---	ICNF	

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Situação de Referência (SR) / Meta (M)	Fonte	Responsável
Dinâmica e diversidade da paisagem	Fluxos de alteração de uso do solo globais e específicos (nível 4 COS)	Output	Trienal	---	DGT - COS	
Carbono	Captura e sequestro de carbono (CCS)	Output	Trienal	---	APA, ICNF	
IMPULSIONAR UMA NOVA ECONOMIA						
População e emprego	População residente, por grupo etário* (N.º)	Output	Trienal	<p>SR – Quadro 11 do Diagnóstico prospetivo. Fonte: Censos 2021 (INE 2023)</p> <p>M - Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade residencial, económica, ambiental, cultural e de lazer das áreas rurais e dos territórios de baixa densidade” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPOT (até 2030)</p> <p>Cumprimento do efeito esperado “Minimização das situações de perda demográfica nos meios rurais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030)</p> <p>Cumprimento do efeito esperado “Atração de novos residentes e empresas” relativo à medida de ação “Fortalecer as articulações rurais-urbanas” cf. PNPOT (até 2030)</p>	Anuários estatísticos – INE DGADR, DRAP Algarve, ERTA Algarve, CCDR Algarve	Fórum Intersetorial

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Situação de Referência (SR) / Meta (M)	Fonte	Responsável
População e emprego	População empregada por setor de atividade económica, por grupo etário* (N.º)	Output	Trienal	SR – Quadro 14 do Diagnóstico prospetivo. Fonte: Censos 2021 (INE 2023) M - Cumprimento do efeito esperado “Criação de emprego e desenvolvimento do tecido empresarial nas áreas rurais” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Atração de novos residentes e empresas” relativo à medida de ação “Fortalecer as articulações rurais-urbanas” cf. PNPOT (até 2030)	Anuários estatísticos – INE DGADR, DRAP Algarve, ERTAlgarve, CCDR Algarve	Fórum Intersetorial
Turismo	Unidades de turismo local apoiadas (N.º)	Output	Anual	M - Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento de atividades económicas geradoras de valor para as economias locais” e “Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais” cf. PNPOT (até 2030)	ERTAlgarve, Municípios	Fórum Intersetorial
	Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico (N.º)	Impacte	Anual	SR – Quadro 24 do Diagnóstico Prospetivo. Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve 2021 (INE 2022)	Anuários estatísticos – INE ERTAlgarve	
	Utilizadores de percursos e atividades de turismo de natureza (N.º)	Impacte	Anual	M - Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” cf. PNPOT (até 2030)	ICNF, Municípios	
	VAB de turismo*	Impacte	Trienal	M - Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento de atividades económicas geradoras	Anuários estatísticos – INE ERTAlgarve	

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Situação de Referência (SR) / Meta (M)	Fonte	Responsável
Economia rural	VAB agricultura*	Impacte	Trienal	de valor para as economias locais” e “Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais” cf. PNPOT (até 2030)	Anuários estatísticos – INE DGADR, DRAP Algarve	Fórum Intersetorial
	VAB produtos lenhosos e não lenhosos	Impacte	Trienal	M - Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento de atividades económicas geradoras de valor para as economias locais” e “Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais” cf. PNPOT (até 2030)	Anuários estatísticos – INE DGADR, DRAP Algarve	
Agricultura e floresta	Efetivo pecuário em regime silvo-pastoril	Impacte	Trienal	M - Cumprimento do efeito esperado “Alinhamento com princípios da economia circular” cf. PNPOT (até 2030)	Anuários estatísticos – INE DGADR, DRAP Algarve	Fórum Intersetorial
	Explorações agrícolas instaladas (N.º)*	Impacte	Trienal	M - Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030)	Anuários estatísticos – INE DGADR, DRAP Algarve	
	Efetivos pecuários de raças autóctones instalados (N.º)	Impacte	Trienal	M - Cumprimento do efeito esperado “Alinhamento com princípios da economia circular” relativas à medida de ação “Reforçar a competitividade da agricultura” cf. PNPOT (até 2030)	Anuários estatísticos – INE DGADR, DRAP Algarve	

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Situação de Referência (SR) / Meta (M)	Fonte	Responsável
Agricultura e floresta	Área agrícola e florestal abandonada	Impacte	Trienal	M - Cumprimento do efeito esperado “Incremento da multifuncionalidade e da diversidade de espécies florestais” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento da meta relacionada com “Promover a resiliência da floresta” cf. ENF2030	DGT - COS ICNF, DGADR, DRAP Algarve, Municípios	Fórum Intersetorial
	Evolução de áreas de uso florestal com financiamento tipo (ha)	Output	Trienal	---	COS - DGT	

* Indicadores comuns ao Programa Seguimento da AAE